UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS

PRISCILA CRISTINE PACHECO FERREIRA

INFLUÊNCIA DO *LOBBYING* NO PROCESSO DE CONSTITUIÇÃO DO *INTERNATIONAL SUSTAINABILITY STANDARDS BOARD (ISSB)*

Recife
2022

PRISCILA CRISTINE PACHECO FERREIRA

INFLUÊNCIA DO *LOBBYING* NO PROCESSO DE CONSTITUIÇÃO DO *INTERNATIONAL SUSTAINABILITY STANDARDS BOARD (ISSB)*

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para obtenção do título de mestre em Ciências Contábeis.
Área de concentração: Informação Contábil

Orientador: Prof. Dr. Charles Ulises De Montreuil Carmona

Recife

2022

Catalogação na Fonte
Bibliotecária Ângela de Fátima Correia Simões, CRB4-773

F383i Ferreira, Priscila Cristine Pacheco
Influência do lobbying no processo de constituição do International Sustainability Standards Board (ISSB) / Priscila Cristine Pacheco Ferreira. – 2022.
92 folhas: il. 30 cm.

Orientador: Prof. Dr. Charles Ulises de Montreuil Carmona.
Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) – Universidade Federal de Pernambuco, CCSA, 2022.
Inclui referências.

1. Sustentabilidade. 2. Teoria da regulação. 3. Informações financeiras. I. Carmona, Charles Ulises de Montreuil (Orientador). II. Título.

338.4791 CDD (22. ed.) UFPE (CSA 2022 – 049)

PRISCILA CRISTINE PACHECO FERREIRA

INFLUÊNCIA DO *LOBBYING* NO PROCESSO DE CONSTITUIÇÃO DO *INTERNATIONAL SUSTAINABILITY STANDARDS BOARD (ISSB)*

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis da Universidade Federal de Pernambuco, como um dos requisitos para obtenção do título de mestre em Ciências Contábeis.

APROVADA EM: 28/04/2022

BANCA EXAMINADORA

_____

Profº. Dr. Charles Ulises De Montreuil Carmona (Orientador)

Universidade Federal de Pernambuco

_____

Profº. Dr. Luiz Carlos Marques dos Anjos (Examinador Interno)

Universidade Federal de Pernambuco

_____

Profª. Dr. Orleans Silva Martins (Examinador Externo)

Universidade Federal da Paraíba

AGRADECIMENTOS

A Deus, meu guia e auxiliador, presente em todos os meus momentos difíceis. A sua força me amparou quando estava cansada e sua luz iluminou meu caminho até aqui.

Ao meu amado esposo, Bruno Avelino, meu grande incentivador. O seu apoio foi fundamental para chegar até aqui e com todo o seu amor segurou minha mão caminhando lado a lado comigo. Foi também quem me motivou a seguir adiante sempre acreditando na conclusão do curso. Obrigada por tudo, meu amor.

A minha querida mãe, Edjane Francisca, por suas palavras de incentivo, também ao meu pai, Carlos Ferreira. Aos meus avós e em especial a memória do meu avô José Fereira que nos deixou, mas estará sempre vivo em nossos corações. Ao meu irmão gêmeo, César Ferreira, por ser um irmão de verdade e me apoiar em todos os momentos. Aos meus sogros, Leovânia e João Paulo, por todo o apoio dado para que eu pudesse chegar até aqui.

Meu orientador, Professor Carmona, a sua orientação trouxe calma e clareza para a finalização do estudo. A sua orientação foi inciada durante a graduação, em outros trabalhos, e me motivou a iniciar o mestrado. Agradeço por tudo que aprendi com o senhor.

Agradeço também aos meus colegas de turma que compartilharam suas experiências e dividiram seus conhecimentos. Colegas que sempre apoiaram uns aos outros para seguirmos firmes. Agradeço em especial a minha querida amiga, Marjorie Correia, compartilhamos nossas dificuldades e alegrias, uma sempre vibrando pela outra, a nossa amizade e troca foi muito importante para chegar até aqui.

Por fim, agradeço a CAPES, instituição de fomento a pesquisa. O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001

“O destino me deu apenas duas coisas: alguns livros de contabilidade e o dom de sonhar.” — ***Fernando Pessoa***

RESUMO

A Fundação IFRS identificou uma demanda por normas para padronização de relatórios de sustentabilidade. A consulta às partes culminou no *Consultation Paper on Sustainability Reporting*, documento de consulta para criar um novo normatizador, o *International Sustainability Standards Board* (ISSB). O documento resultou no recebimento de 577 *comments letters* oriundas de 46 países. O resultado foi a criação, em novembro de 2021, do conselho sob a governança da Fundação IFRS e correspondendo ao primeiro conselho criado pela fundação após o IASB. O objetivo do ISSB é ser um padronizador de normas para divulgação de sustentabilidade e buscar uma convergência entre as jurisdições. Contudo, durante o seu desenvolvimento houve pontos de debates, como a criação de normas para atender e reportar o impacto das organizações no meio ambiente e na sociedade (Materialidade Dupla) ou um foco em desenvolver padrões para retratar o que seria relevante para entidade que relata (Materialidade Financeira). Além da abordagem inicial a ser adotada, informações financeiras relacionadas ao clima ou informações de sustentabilidade mais amplas, englobando outros aspectos ESG. O processo de consulta às partes garante a legitimidade, porém é um processo político sujeito a influência de grupos com interesse na aprovação de normas mais favoráveis. Diante disso, este estudo investigou o *lobby* na criação do ISSB, quais grupos de interesse, tipos de argumentos e país de origem foram utilizadas para buscar o acolhimento da opinião apresentada. A primeira parte do estudo corresponde à utilização da pesquisa qualitativa, através da aplicação da técnica análise de conteúdo nas *comments letters*. A segunda parte utiliza métodos estatísticos, estatística descritiva e aplicação da regressão logística, para investigar de que maneira ocorreu a constituição do ISSB. Os resultados indicaram a existência de uma influência significativa do grupo de profissionais contábeis na constituição do ISSB, embora o maior número de envios fosse de preparadores de relatórios, composto por empresas e suas associações. A não influência de empresas na proposta pode representar a busca apenas pela legitimidade através do selo ESG, porém sem envolvimento efetivo na temática. Também a pouca participação de investidores na proposta introduz o questionamento do público alvo ser voltado para tais usuários.

Palavras-chave: *International Sustainability Standards Board*; Relatórios de sustentabilidade; *Lobbying*; Padrões IFRS.

ABSTRACT

The IFRS Foundation has identified a demand for standards to standardize sustainability reporting. The consultation with the parties culminated in the Consultation Paper on Sustainability Reporting, a consultation document to create a new standard-setter, the International Sustainability Standards Board (ISSB). The document resulted in the receipt of 577 comment letters from 46 countries. The result was the creation, in November 2021, of the board under the governance of the IFRS Foundation and corresponding to the first board created by the foundation after the IASB. The ISSB's objective is to be a standard-setter for sustainability disclosure and to seek convergence across jurisdictions. However, during its development there were points of debate, such as the creation of standards to meet and report the impact of organizations on the environment and society (Dual Materiality) or a focus on developing standards to portray what would be relevant for the reporting entity. (Financial Materiality). In addition to the initial approach to be taken, climate-related financial information or broader sustainability information, encompassing other ESG aspects. The process of consulting the parties guarantees legitimacy, but it is a political process subject to the influence of groups with an interest in the approval of more favorable rules. Therefore, this study investigated the lobbying in the creation of the ISSB, which interest groups, types of arguments and country of origin were used to seek acceptance of the opinion presented. The first part of the study corresponds to the use of qualitative research, through the application of the content analysis technique in the comments letters. The second part uses statistical methods, descriptive statistics and application of logistic regression, to investigate how the ISSB was constituted. The results indicated the existence of a significant influence of the group of accounting professionals in the constitution of the ISSB, although the largest number of submissions were from report preparers, composed of companies and their associations. The non-influence of companies in the proposal may represent the search only for legitimacy through the ESG seal, but without effective involvement in the theme. Also, the low participation of investors in the proposal introduces the questioning of the target audience being aimed at such users.

Keywords: International Sustainability Standards Board; Sustainability reports; lobbying; IFRS standards.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 –	Padrões independentes e atividade relacionada	35
Figura 2 –	Metodologia aplicada no estudo	43

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 –	Fatores influenciadores na divulgação dos relatórios de sustentabilidade	22
Quadro 2 –	Tipos de legitimidade organizacional	24
Quadro 3 –	Impacto financeiro das mudanças climáticas	28
Quadro 4 –	Tipos de materialidade por normatizador	30
Quadro 5 –	Questões para consulta	32
Quadro 6 –	Métodos de lobbying	39
Quadro 7 –	Estudos de lobby e características influenciadoras	41
Quadro 8 –	Questões selecionadas para a pesquisa	44
Quadro 9 –	Número de Cartas incluídas por questão	45
Quadro 10 –	Classificação dos grupos de interesse	46
Quadro 11–	Número de cartas enviadas por país e continente	47
Quadro 12 –	Variáveis selecionadas para o estudo	49
Quadro 13 –	Curadores da Fundação IFRS por região	51
Quadro 14 –	Decisão tomada pela Fundação IFRS	52
Quadro 15 –	Tipos de argumentos	52

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 –	Cartas sem resposta por grupo e questão	54
Tabela 2 –	Frequência por grupo de respondentes - questão 1	55
Tabela 3 –	Frequência por grupo do posicionamento da questão 1	56
Tabela 4 –	Frequência por grupo do argumento utilizado na questão 1	58
Tabela 5 –	Frequência por continente - questão 1	59
Tabela 6 –	Frequência por grupo de respondentes - questão 7	61
Tabela 7 –	Frequência por grupo do posicionamento da questão 7	61
Tabela 8 –	Frequência por grupo do argumento utilizado na questão 7	63
Tabela 9 –	Frequência por continente - questão 7	65
Tabela 10 –	Frequência por grupo de respondentes - questão 9	66
Tabela 11 –	Frequência por grupo do posicionamento da questão 9	67
Tabela 12 –	Frequência por grupo do argumento utilizado na questão 9	69
Tabela 13 –	Frequência por continente - questão 9	71
Tabela 14 –	Tolerância e Fator de Inflação da Variância (FIV)	72
Tabela 15 –	Teste de adequação do modelo	72
Tabela 16 –	Teste de Hosmer e Lemeshow	73
Tabela 17 –	Regressão logística sobre a introdução do ISSB – Questão 1	73
Tabela 18 –	Tolerância e Fator de Inflação da Variância (FIV)	75
Tabela 19 –	Teste de adequação do modelo	76
Tabela 20 –	Teste de Hosmer e Lemeshow	76
Tabela 21 –	Regressão logística informações financeiras relacionadas ao clima – Questão 7	77
Tabela 22 –	Tolerância e Fator de Inflação da Variância (FIV)	79
Tabela 23 –	Teste de adequação do modelo	79
Tabela 24 –	Teste de Hosmer e Lemeshow	80
Tabela 25 –	Regressão logística conceito de Materialidade – Questão 9	81

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ASG	Ambiental, Social e Governança
CDP	Carbon Disclosure Project
CDSB	Climate Disclosure Standards Board
ESG	Environmental, Social and Governance
EU	European Union
FSB	Financial Stability Board
GRI	Global Reporting Initiative
IAASB	International Auditing and Assurance Standards Board
IAS	International Accounting Standards
IASB	International Accounting Standards Board
IASC	International Accounting Standards Committee
IIRC	International Integrated Reporting Council
IFRS	International Financial Reporting Standards
ISSB	International Sustainability Standards Board
NFD	Non-financial Disclosure
NFRD	Non-Financial Reporting Directive
ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
ONU	Organização das Nações Unidas
RSC	Responsabilidade Social Corporativa
SASB	Sustainability Accounting Standards Board
TCFD	Task Force on Climate-Related Financial Disclosures
VIF	Variance Inflation Factor
VRF	Value Reporting Foundation

LISTA DE EQUAÇÕES

Equação 1 –	Modelo Logit	48
Equação 2 –	Tolerance	48
Equação 3 –	Fator de inflação da variância	48

SUMÁRIO

1	**INTRODUÇÃO**	**16**
1.2	OBJETIVOS	
1.2.1	**Objetivo Geral**	**20**
1.2.2	**Objetivos Específicos**	**20**
1.3	JUSTIFICATIVA	20
2	**REVISÃO DA LITERATURA**	
2.1	RELATÓRIOS DE SUSTENTABILIDADE	21
2.1.1	**Teoria da Legitimidade e relatórios de sustentabilidade**	24
2.1.2	**Teoria dos *Stakeholders***	25
2.1.3	**Informações financeiras relacionadas ao clima**	26
2.2	MATERIALIDADE	28
2.3	INTERNATIONAL SUSTAINABILITY STANDARDS BOARD (ISSB)	
2.3.1	**Proposta de constituição**	**31**
2.3.2	**Constituição do International Sustainability Standards Board (ISSB)**	**34**
2.4	TEORIA DA REGULAÇÃO	36
2.4.1	**Teoria do Interesse Público**	**37**
2.4.2	**Teoria da Captura**	**38**
2.4.3	**Teoria Econômica da Regulação**	**38**
2.5	LOBBY NA DEFINIÇÃO DE PADRÕES	39
3	**METODOLOGIA**	
3.1	ABORDAGEM E TIPO DA PESQUISA	42
3.2	POPULAÇÃO E AMOSTRA	43
3.3	COLETA E CLASSIFICAÇÃO DOS DADOS	45
3.4	REGRESSÃO LOGÍSTICA	48
4	**RESULTADOS E DISCUSSÕES**	
4.1	ESTATÍSTICA DESCRITIVA	53
4.1.1	**Questão 1 – IFRS como padronizador**	**54**
4.1.2	**Questão 7 – Informações financeiras sobre riscos climáticos**	**59**
4.1.3	**Questão 9 – Conceito de Materialidade**	**65**

4.2 ANÁLISE QUANTITATIVA
4.2.1 Regressão logística – Questão 1 71
4.2.2 Regressão logística – Questão 7 75
4.2.3 Regressão logística – Questão 9 78
5 CONCLUSÃO 83
REFERÊNCIAS 86
REFERÊNCIAS CARTAS COMENTÁRIOS 91

1 INTRODUÇÃO

A Fundação IFRS foi constituída com o objetivo de produzir normas internacionalmente aceitas de forma a unificar relatórios financeiros produzidos pelas diversas organizações. Em sua declaração de constituição, a fundação afirma possuir como público alvo "investidores e outros participantes do mercado de capitais" (IFRS FOUDATION, 2021), assim para atender a demanda das partes são empregadas revisões quinquenais.

Como parte da revisão e visando atender a demanda apresentada pelo público alvo de investidores, preparadores de relatórios, normatizadores e reguladores constituiu-se uma força tarefa conduzida pelos curadores da fundação. O objetivo da força tarefa foi avaliar uma possível necessidade de a Fundação IFRS adentrar no desenvolvimento de normas para elaboração de relatórios de sustentabilidade.

A conclusão, após uma consulta informal com diversas partes, foi a de haver uma: "(...) necessidade urgente de melhorar a consistência e a comparabilidade nos relatórios de sustentabilidade (...)" (IFRS FOUDATION, 2020). Diante disso, a Fundação IFRS apresentou uma proposta de constituição de um novo órgão vinculado à fundação: O *International Sustainability Standards Board* (ISSB).

O documento intitulado "*Consultation Paper on Sustainability Reporting"*, divulgado em setembro de 2020, solicitou comentários para a criação de um "Conselho Internacional de Padrões de Sustentabilidade". A consulta resultou no recebimento de 577 cartas comentários oriundas de 46 países.

Após a consulta, realizou-se uma proposta de emenda a *IFRS Foundation Constituion* e, em novembro de 2021, foi divulgada a nova estrutura para incluir o padronizador. A criação do novo conselho tem fatores de grande importância. O primeiro deles corresponde à importância da Fundação IFRS na definição de padrões globais de contabilidade e sua experiência com as diversas jurisdições. O segundo fator está atrelado ao fato do ISSB ser o primeiro conselho, dentro da Fundação IFRS, desenvolvido após a criação do IASB (*International Accounting Standards Board*), além disso, a sua estrutura de governança é similar à adotada na constituição do IASB.

Por fim, o ISSB tem como objetivo "auxiliar no desenvolvimento de padrões de divulgação de sustentabilidade e promover a convergência de sustentabilidade nacional e regional padrões de relatórios e Padrões de Divulgação de Sustentabilidade IFRS" (IFRS FOUDATION, 2021), ou seja, ao desenvolver padrões para relatórios de sustentabilidade com

padrões IFRS é esperado um movimento de maior unificação na divulgação de relatórios de sustentabilidade, similar ao ocorrido com o surgimento do IASB, cujo desenvolvimento possibilitou a aplicação de normas internacionais de contabilidade em diversas jurisdições.

Conforme relatado por Camfferman e Zeff (2018) o IASB, como perspectiva futura, deveria levar em conta uma possível demanda por relatórios integrados. O momento atual de adentrar em relatórios desse tipo é representado através da consideração do risco iminente a ser considerado pelas organizações. Assim, a estabilidade financeira das organizações pode ser afetada pelos três tipos de riscos atrelados as informações de sustentabilidade: riscos físicos, riscos de responsabilidades e riscos de transição. (CARNEY, 2016)

Os riscos físicos estão relacionados às mudanças climáticas e como elas afetam a geografia de determinado local, além de como determinadas alterações no clima geram dificuldades para o comércio. Os riscos de responsabilidade estão atrelados à determinação da responsabilização da empresa em determinados casos de alterações climáticas ou omissão da empresa em divulgar tais riscos. Por fim, riscos de transição estão associados à direção que o mundo está seguindo em adotar uma economia com baixa emissão de carbono, para a empresa representa um momento de transição, pois afetará o comportamento de quem consome os produtos, alterações tecnológicas e possíveis riscos físicos. (CARNEY, 2016)

Entretanto, existem entraves para a aplicação e garantia de relatórios de sustentabilidade, o primeiro deles é a falta de padrões unificados para a divulgação, já considerados pelo *World Economic Forum* (2021). O segundo corresponde à necessidade de haver um maior rigor nos padrões, como ocorre com padrões para a divulgação de informações financeiras. (ECCLES, 2012). O terceiro ponto é a utilização da divulgação como mecanismo para apresentar uma reputação positiva da empresa, assim às organizações tem poder decisório sobre o quê divulgar, conforme apontado por Deegan e Rankin (1996) e O'Donovan (2002).

Diante disso, a Fundação IFRS considerou a importância de informações de sustentabilidade para os mercados de capitais, por representar um risco para o valor das ações havendo consequências negativas na geração da riqueza (BANSAL, KIKU, OCHOA, 2016; KRUEGER, SAUTNER, STARKS, 2020) e, considerou também a demanda da 'entidade que relata', público alvo da Fundação, para criar o ISSB.

Contudo, o processo de definição de padrões é um processo político onde as partes buscam a aprovação da norma mais favorável aos seus interesses. Watts e Zimmerman (1978) atestam isso ao afirmarem haver motivações para o exercício da influência, onde os gestores

vão buscar a aprovação da norma mais favorável. Para isso é levado em consideração o custo-benefício de praticar o *lobbying* e o impacto da norma nas demonstrações contábeis.

Ao mesmo tempo em que as pressões políticas representam um desafio (ZEFF, 2002), o processo de consulta garante a legitimidade do padronizador e, constituem-se como uma das explicações para entender o êxito das IFRSs, uma vez que a ampla participação garante uma maior transparência e aceitação das partes interessadas. (CAMFFERMAN; ZEFF, 2018)

O longo histórico de pesquisas para investigar o *lobby* e a influência de grupos de interesse em normas contábeis é investigado por Larson (1997), Tutticci, Dunstan e Holmes (1994) e autores como Bamber e McMeeking (2016), Do Carmo, Ribeiro e De Carvalho (2014), Giner e Arce (2012), Jorissen *et al.* (2014) e Hewa, Mala e Chen (2020) investigaram as cartas comentários para examinar a influência dos grupos de interesse na modificação de normas emitidas pelos IASB, mesma abordagem utilizada por Hansen (2011) para investigar os fatores de sucesso no *lobby*.

Porém, as motivações para influenciar a constituição de um padronizador de normas para relatórios de sustentabilidade podem diferir, tanto em relação a quem são os grupos de interesses, quanto em relação ao tipo de argumento e país de origem. Reuter e Messner (2015) ao examinarem a constituição do *International Integrated Reporting Council* (IIRC) levaram como base estudos de *lobby* em normas contábeis e consideraram as diferenças entre relatórios financeiros e de sustentabilidade. Além disso, para os autores, há uma lacuna a preencher sobre quem são as partes interessadas em influenciar em relatórios integrados.

A Fundação IFRS estabeleceu como responsabilidade do ISSB desenvolver normas para “divulgações de sustentabilidade que sejam úteis para investidores e outros participantes dos mercados de capitais mundiais na tomada de decisões econômicas.”. (IFRS FOUDATION, 2021). Assim, é clarificado para quem as normas serão direcionadas. O público alvo impacta em diversos pontos da atuação do ISSB, conforme apresentado no *Consultation Paper on Sustainability Reporting*, um dos pontos seria em relação a qual seria o foco inicial: Informações financeiras relacionadas ao clima ou informações de sustentabilidade mais amplas, englobando outros aspectos ESG.

A importância de informações sobre o clima é de interesse de ambas as partes. Por um lado, as organizações enfrentam a pressão de reguladores para divulgar, por exemplo, emissões de carbono, por existir acordos internacionais em vigor, como o Protocolo de *Kyoto*, assinados por diversos países. (JAGGI *et al.*,2018) Por outro lado, somente informações desta natureza podem não atender a demanda cada vez maior por informações ESG mais amplas, já que o mercado considera como informações adicionais aos relatórios financeiros

(SCHIEHLL;KOLAHGAR,2021). Nesse caso, informações mais amplas atenderiam um gama maior de usuários.

Outro aspecto é a definição apresentada de materialidade. O documento de consulta abordou duas óticas do conceito de materialidade para relatórios de sustentabilidade: Materialidade Simples (Financeira) e Materialidade Dupla. Adams (2020) destaca que o conceito adotado de materialidade será fundamental no caminho a seguir. A materialidade dupla já é adotada por outros normatizadores, como o GRI (*Global Reporting Initiative*), significa produzir normas para atender e reportar o impacto das organizações no meio ambiente e na sociedade. Enquanto, a adoção da Materialidade Simples (Financeira) corresponde a um foco em desenvolver padrões para retratar o que seria relevante para entidade que relata (IFRS FOUNDATION, 2020), ou seja, as duas abordagens possuem perspectivas opostas.

O resultado sobre o tipo de usuário definido no ISSB e o direcionamento do normatizador foi exposto na modificação da *IFRS Foundation Constituion*, após o processo de consulta através das cartas comentários. As chamadas *comment letters* são utilizadas como um método formal de *lobby* na busca por influenciar uma aprovação da norma mais favorável ao interesse do respondente. (ORENS *et al*.,2011)

A motivação para a pesquisa advém da necessidade de investigar o *lobby* na criação de um organismo internacional. A ampla literatura sobre a temática está concentrada em dois pontos principais: O primeiro é a concentração dos estudos em processos de lobby relacionados a relatórios financeiros. O segundo diz respeito ao enfoque dado em normas já em aplicação ou desenvolvidas após a criação da Fundação IFRS. Assim, existe uma lacuna a ser preenchida sobre quais grupos podem influenciar na criação de um normatizador.

Diante do exposto, o estudo constitui-se como uma ferramenta para entender a possível influência de grupos de interesse, como: Investidores, Organizações, Profissionais Contábeis, Indivíduos e Entidades com foco em questões socioambientais, na constituição do normatizador ISSB. Para o grupo de interesse Organizações a nomenclatura utilizada é Preparadores, embora Profissionais Cotábeis também sejam preparadores, o termo é utilizado para definir a entidade que reporta e, consequentemente ao reportar as informações é preparadora. O estudo tem como base a nomenclatura já aceita e utilizada em outros estudos. Por fim, busca-se: **DE QUE MANEIRA OCORREU A CONSTITUIÇÃO DO ISSB?**

1.1 OBJETIVOS

1.1.1 Objetivo geral

Investigar como a constituição do *International Sustainability Standards Board* (ISSB) sofreu influência de grupos de interesse e os principais aspectos de concordância e discordância entre os grupos.

1.1.2 Objetivos Específicos

- Identificar os grupos de interesse
- Analisar os pontos de concordância e discordância
- Verificar se houve influência de características dos respondentes na constituição do ISSB
- Identificar o tipo de argumento utilizado
- Verificar se a opinião dos respondentes influenciou no resultado final

1.2 JUSTIFICATIVA

O lobby em relatórios não financeiros não é amplamente estudado, diferentemente do que ocorre em normas de relatos financeiros. O trabalho realizado por Reuter e Messner (2015) destaca as particularidades associadas a relatórios não obrigatórios, para os autores a não obrigatoriedade de adoção influencia no *lobbying*, pois a adoção de relatórios não obrigatórios não possui a mesma força econômica e, como consequência, os *stakeholders* envolvidos possuiriam características diferentes.

Por outro lado, a constituição do ISSB tem características diferentes. Trata-se de um normatizador com efeitos de produzir normas com padrões IFRSs. A sua conexão direta e intenção de trabalhar em conjunto com o IASB para a integração entre relatórios financeiros e relatórios de sustentabilidade representa um marco no avanço do relato de informações ambientais.

A criação do ISSB é realizada em razão da força do mercado e dos investidores sobre o normatizador. O objetivo destes é a geração de valor para a produção de riquezas, entretanto as ameaças à continuidade são representadas por riscos climáticos. A permanência do ciclo financeiro depende da consideração de informações não financeiras comparáveis. (BARKER; ECCLES, 2018)

A manutenção da riqueza é também a motivação para exercer pressão para aprovação de normas. (WATTS; ZIMMERMAN, 1978) Tanto que empresas mais lucrativas tendem a ser as mais participativas em processo de alterações de normas IFRS emitidas pelo IASB. (JORISSEN *et al*.,2012)

Para identificar os diversos grupos de interesse e como as suas ações impactam no resultado final de normas diversas, pesquisas utilizaram como objeto de análise as cartas comentários enviadas em documentos de consulta. Os trabalhos de Adhikari, Betancourt e Alshameri (2014), Georgiou (2010), Mellado e Parte (2021), Reuter e Messner (2015), Jorissen *et al*. (2012) e Hansen (2011) servem de base para investigar a pressão de grupos de interesse para o acolhimento de normas contábeis.

Diante da influência de *stakeholders* em normas contábeis produzidas pelo IASB e o cenário atual dos relatórios de sustentabilidade a relevância do estudo encontra-se na identificação dos respondentes, principais pontos de concordância e discordância e tipos de argumentos utilizados. O objetivo do estudo é preencher a lacuna existente na literatura sobre o *lobby* na formação de órgãos normatizadores e na criação de normas para o relato de informações socioambientais.

2 REVISÃO DA LITERATURA

2.1 RELATÓRIOS DE SUSTENTABILIDADE

De acordo com Andrew e Baker (2020), a pesquisa acadêmica relacionada aos relatórios de sustentabilidade nos últimos 40 anos possui três tipos de abordagens: descritiva, instrumental e normativa. A pesquisa descritiva desenvolvida sobre Relatórios de Responsabilidade Social Corporativa (RSC) busca investigar o conteúdo, a qualidade e qual a consequência dos relatórios para a prática. A pesquisa desenvolvida por uma abordagem instrumental decorre do questionamento sobre as vantagens econômicas e o possível valor das informações para os grupos de interesse. Por fim, a pesquisa de caráter normativo busca atender a investigação a respeito de questões sociais e se a divulgação ocasionou em um melhor relacionamento entre as partes interessadas na publicação dos relatórios. (ANDREW; BAKER 2020)

Os principais pontos de debate dentro da produção acadêmica sobre o tema são em relação à qualidade das informações, a escolha por parte dos preparadores sobre o quê divulgar e a motivação para divulgar, visto que para grande parte das empresas a divulgação não é obrigatória. Os diversos fatores apresentados na literatura utilizados como motivação para divulgação dos relatórios de sustentabilidade estão presentes no quadro 1 apresentado.

Corazza *et al.* (2020) investigou a relação entre utilização de relatórios de sustentabilidade como meio de restaurar a imagem da empresa após o acidente ocorrido com o navio Costa *Concordia*, em 2012, o mesmo foi reportado por Ferreira *et al.* (2012) ao investigar a divulgação voluntária e o acidente nuclear de *Fukushima*.

Corazza *et al.* (2020) e Ferreira *et al.* (2012) convergem com Deegan e Rankin (1996) e O'Donovan (2002) no ponto de que divulgações ambientais são utilizadas como instrumento para apresentar uma perspectiva positiva da organização. Deegan e Rankin (1996) acrescentam ainda que mesmo empresas em litígio por questões ambientais apresentam um ângulo positivo ao reportar informações ambientais.

Porém, existem outras motivações como as apresentadas por Li, Ping e Wu (2021), de acordo com os autores, empresas com investidores estrangeiros possuem um incentivo maior em apresentar relatórios de sustentabilidade. Cho *et al.* (2020) descobriram que empresas com emissão significativa de CO_2 na atmosfera produzem os relatórios na intenção de diminuir potenciais riscos e outros possíveis impactos negativos.

Quadro 1: Fatores influenciadores na divulgação dos relatórios de sustentabilidade

Tilling e Tilt (2010)	Constatou-se a utilização da divulgação voluntária de relatórios ambientais como mecanismo de redução de uma potencial diminuição da legitimidade de uma empresa produtora de fumo.
Bouten, Everaert e Roberts (2012)	O tamanho da empresa influencia na decisão de divulgar, porém não gera influência no nível de divulgação.
Li, Ping e Wu (2021)	A motivação para a divulgação é impulsionada por investidores estrangeiros, além disso, empresas com investidores estrangeiros tem uma propensão a apresentar relatórios de sustentabilidades maiores.
Cho *et al* (2020)	Empresas do setor imobiliário, consideradas produtoras significativas de CO_2, produzem relatórios de sustentabilidade como forma de diminuir impactos negativos e potenciais riscos.
Corazza *et al* (2020)	Utilização de relatórios de sustentabilidade como forma de restaurar a reputação danificada de uma entidade.
Ferreira *et al* (2012)	Constatou-se uma maior aplicação dos relatórios de sustentabilidade após desastres ambientais.
De oliveira lima	O país onde se situa a organização também pode influenciar na decisão de divulgar, com isso

et al (2019)	países com melhor qualidade na regulação, com maior liberdade de expressão e política mais estável acarreta em uma maior motivação em praticar e divulgar atos socioambientais.

Fonte: elaborado pela autora

Outros fatores influenciam organizações a relatar, como a adoção de uma visão voltada para investimentos responsáveis e a busca por ativos interligados a princípios ASG (ambiental, social e governança corporativa) (KHAN; SERAFEIM; YOON, 2016). Ocorre também uma associação entre lucratividade e divulgação ESG, assim empresas mais lucrativas tendem a relatar mais informações de sustentabilidade. (SHARMA; PANDAY; DANGWA, 2020) Mais um fator a ser considerado é a ligação entre reponsabilidade social corporativa e projetos de inovação. Organizações com responsabilidade social corporativa investem em projetos de inovação com VPL positivos e possuem mais produtos patenteados. (COOK *et al*.,2019)

Contudo, mesmo com a pressão de investidores por investimentos socialmente responsáveis (PEDERSEN; FITZGIBBONS; POMORSKI, 2021), a complexidade para divulgar aumenta o custo e representa uma barreira para as organizações. A complexidade do relatório de sustentabilidade está atrelada ao tipo de informação reportada. Constitui-se como a divulgação da interação entre recursos naturais, sociedade e como as organizações se comportam diante disso. (GRAY; MILNE, 2002) O custo de divulgação também aumenta devido a complexidades da divulgação. Por exemplo, empresas que utilizam as Diretrizes GRI divulgam informações sobre funcionários, como número total de empregados com tempo integral e parcial por sexo, número de contratações por idade, região e gênero, doenças ocupacionais, entre outras informações. (CERIONI *et al*., 2021)

Incluindo também indicadores de desempenho ambiental como: Total de emissões diretas e indiretas de gases de efeito estufa, por peso, descarte total de água, por qualidade e destinação, número e volume total de derramamentos significativos. (CORRÊA; RIBEIRO e DE SOUZA, 2014) O relato através das Diretrizes GRI dificulta o reporte, através disso há uma produção de relatórios considerados complexos e flexíveis, tendo como consequência a dificuldade na comparabilidade entre eles. (FERREIRA-QUILICE; CALDANA, 2015)

Como resultado, surgiu o *Disclosure of Non-Financial Information* (NFD) com a proposta de aumentar a comparabilidade. Contudo, mais um normatizador adicionou mais abordagens para informações não financeiras. As abordagens podem ser completas ou por meio de princípios. A abordagem completa é atribuída a normatizadores como o SASB e o GRI com um grande volume de quesitos para divulgação. A segunda é a constituída através

de princípios, empregada pelo IIRC. O tipo de grupos de interesse também difere, parte adota uma visão de atender a investidores e mercado de capitais, utilizada pelo IIRC e TCFD e, outra parte, GRI e NFRD, pressupõe a existência de diversos interessados em informações ambientais, sociais e de governança. (CERIONI *et al*., 2021)

Assim, a diversidade de normatizadores e suas perspectivas afetam a uniformidade e a métrica utilizada como parâmetro para divulgar informações a serem incorporadas nos relatórios de sustentabilidade. Logo, a não unificação de padrões dificulta a comparabilidade e a maior divulgação de relatórios dessa natureza.

2.1.1 Teoria da Legitimidade e relatórios de sustentabilidade

As organizações estão inseridas na sociedade, sendo então parte delas. O entendimento por parte da organização de uma relativa dependência acarreta na busca por uma aceitação de forma a tornar a entidade legítima. Contudo, as diversas dimensões do termo legitimidade levam a questionamentos, por uma perspectiva da Teoria Institucional dentre os problemas com o termo está o fato que a entidade está sujeita a pressões externas, além disso, o fato que valores e crenças se modificam com o passar do tempo também não pode ser ignorado. (BARAKAT, 2016) Com isso, a legitimidade tem diversos fatores contributivos não podendo ser vista por um único ângulo.

O conceito adotado por Schuman (1995) concebe a organização como parte do constructo social, com isso a sociedade determina as ações que são corretamente concebíveis e quais valores e crenças devem ser incorporadas a entidade. De acordo com Schuman (1995) a legitimidade colabora com uma maior estabilidade e confiabilidade, o que leva usuários a classificarem a credibilidade da entidade através das ações empregadas no esforço de tornar-se legítima. O quadro 2 apresentado específica os três tipos de legitimidade organizacional proposto por Schuman (1995).

Quadro 2: Tipos de legitimidade organizacional

Legitimidade Pragmática	Legitimidade Moral	Legitimidade Cognitiva
Baseada em uma troca entre organização e sociedade	Baseada no julgamento moral exercido sobre a organização pela sociedade	A não existência de modelos culturais leva a ação organizacional a uma direção caótica, enquanto o contrário (a presença das mesmas)

		encaminha a atuação da entidade para um modelo de ação mais expressivo, convidativo e significante.

Fonte: Schuman (1995)

Estudos como o de Patten (1992) corroboraram com essa ideia, cujo objetivo foi investigar, pela ótica da Teoria da Legitimidade, se o aumento de divulgações ambientais estava atrelado a eventos externos, acarretarando em uma busca por legitimidade das empresas através de uma maior divulgação. Patten (1992) examinou especificamente o setor de petróleo e se haveria uma ligação entre o derramamento de óleo no Alasca, em 1989, e o fato de outras empresas passarem a comunicar outras questões ambientais nos seus relatórios, por fim os achados direcionaram para a fundamentação da teoria de legitimidade ao inferir que o ocorrido gerou impacto ambiental e, consequentemente, uma visão da negativa por parte da sociedade em relação às empresas do mesmo setor, dessa forma a divulgação é uma forma de empenho para uma percepção da entidade como sendo legítima.

Além de Patten (1992), O'Donovan (2002) também investigou a relação entre a busca por legitimidade e a decisão por divulgar informações ambientais, porém por uma ótica diferente. Através de entrevistas abertas com gerentes concluiu-se que as organizações optam por divulgar para imprimir uma visão positiva da organização, o que, para O'Donovan (2002), representaria um "documento de relações públicas".

Além disso, a legitimidade também é utilizada como estratégia para diminuir efeitos negativos gerados por eventuais externalidades, como foi o caso da Samarco Mineração S.A após o desastre ocorrido em Mariana (MG) onde a organização utilizou relatórios de sustentabilidade e da administração para resgatar a credibilidade com os *stakeholders.* (ZANCHET *et al.*, 2017)

2.1.2 Teoria dos *Stakeholders*

Sob a ótica da Teoria dos *Stakeholders*, interligada com a teoria da organização e a teoria dos sistemas, apresentada por Freeman (1984) *stakeholders* são "qualquer grupo ou indivíduo que é afetado ou pode afetar o alcance dos objetivos de uma organização" (FREEMAN, 1984, p.4). Ainda de acordo com Freeman (1984) é apontada as características principais desenvolvidas pela teoria dos *stakeholders* dentre elas estão: a criação de uma estratégia onde gerentes possam enfrentar as mudanças ambientais de forma a garantir a

sobrevivência da empresa no longo prazo, através do bom relacionamento com as diversas partes interessadas.

Outra teoria intitulada: teoria das instituições míopes, parte do pressuposto que as partes interessadas são motivadas apenas pelo retorno financeiro, com isso o aumento da divulgação do desempenho social realizado pela gestão produziria uma espécie de penalização por parte dos investidores. Porém, a literatura já provou não haver indícios suficientes para validar o seu pressuposto. (FREEMAN, 1984)

Dado o conceito de *stakeholders* apresentado, a importância dos relatórios de sustentabilidade e o pressuposto que a organização manterá sua continuidade por tempo indeterminado faz-se presente pensar em longo prazo e o relatório de sustentabilidade é considerado por muitos um ponto estratégico, cujo objetivo é atender as várias partes interessadas. (BRADFORD *et al.*,2017)

A contabilidade tem como foco principal informações financeiras para atender um público interessado em questões financeiras, entretanto, para Freudenreich, Lüdeke-freund e Schaltegger (2020) através da Teoria dos *Stakeholders* os tipos de partes interessadas em questões ambientais e sociais devem ser considerados através da ótica do tipo de risco representado para os *stakeholders*, interessados em avaliar potenciais riscos para as organizações.

O estudo apresentado por Abreu, Castro e Lazaro (2013) verificou em empresas brasileiras a influência dos *stakeholders.* Os resultados apontaram que os grupos não participantes da cadeia de suprimentos, como os acionistas e o governo, influenciavam em uma maior pro atividades ambientais.

Além disso, outro tema é fonte de precaução para os *stakeholders* por representar um possível risco futuro: As alterações climáticas e o seu impacto nas organizações. (DE ANDRADE; COSENZA; ROSA, 2013) Pressões externas direcionam as organizações a repensarem as suas ações e como divulgam potenciais informações financeiras relacionadas ao clima. (ALSAIFI; ELNAHASS; SALAMA, 2020) Em vista disso, a utilização da teoria é fundamental para elucidar a interação entre relatórios de sustentabilidade e *stakeholders*.

2.1.3 Informações financeiras relacionadas ao clima

Riscos climáticos são potenciais riscos gerados pelo efeito das mudanças climáticas, como secas, deslizamentos de terra e enchentes, na estabilidade financeira mundial. (LAMPERTI *et al*., 2019) A consequência é sentida nas organizações e nos seus ativos.

(SCHOLTEN *et al.*, 2020). Logo, deve se considerar os riscos climáticos como materiais para as organizações. O IASB ratificou a importância da aplicação do julgamento da materialidade para empresas de determinados setores. Para o normatizador, a representação desse risco deve ir além de uma divulgação em relatórios de responsabilidade social corporativa, deve estar contida nos relatórios financeiros. (ANDERSON, 2019)

Como exemplo, o IASB citou a consideração do efeito dos riscos climáticos na redução do valor de ativos, devendo, então, ser considerado para efeitos do Teste de *Impairment*. Caso a empresa considere não ser um potencial risco, ainda assim a organização deve adicionar no relatório financeiro o motivo dos ativos daquela empresa não serem afetados por tais riscos. (ANDERSON, 2019). As recomendações foram divulgadas pela "IFRS *Practice Statement 2: Making Materiality Judgements*". Porém, são apenas recomendações, não constituindo norma expressa para o relato de informações financeiras relacionadas ao clima.

Contudo, para as organizações, muitos fatores são levados em consideração para relatar informações de potenciais riscos. As divulgações de carbono, por exemplo, apresentam uma reação negativa do mercado, conforme apresentado por Alsaifi, Elnahass e Salama (2020), os autores informam ainda um ponto de conflito: As divulgações sobre o clima podem representar um risco para o acionista na busca por valor. Levando, então, muitas empresas a não divulgarem emissões de carbonos. (CÓRDOVA ROMÁN *et al.*,2021)

Outros fatores influenciam na divulgação de informações relacionadas com o clima, como os apresentados por Dwyer *et al.* (2009) onde se concluiu que empresas de grande parte, sujeitas a constante análise, tendem a divulgar mais informações sobre as emissões de gases de efeito estufa, além disso, o país onde a empresas está localizada também exerce determinada influência, pois países que aderiram a acordos internacionais, como o Protocolo de *Kyoto*, exercem influência nas informações ambientais publicadas pelas organizações.

O *Task Force on Climate-Related Financial Disclosures* (TCFD), criado pelo *Financial Stability Board* (FSB), com o objetivo de desenvolver recomendações para o relato de potenciais riscos relacionados às mudanças climáticas, é o principal normatizador para a introdução das informações em relatórios.

As recomendações do TCFD podem ser empregadas em todos os tipos de empresas e são utilizadas para divulgar informações úteis que possam impactar em decisões financeiras e devem ser produzidas com base em uma economia de baixo carbono. (TCFD, 2017) O possível impacto financeiro poderá ser sentido nas contas de Receitas, Despesas, Ativos e

Passivos devendo, então, ser relatado, assim o quadro 3 representa as categorias do impacto financeiro a ser sentido pelas organizações devido às mudanças climáticas.

Quadro 3: Impacto financeiro das mudanças climáticas

Receitas e Despesas	Balanço patrimonial
Os riscos físicos podem afetar a receita das empresas ao diminuir a busca por produtos e serviços. Portanto, devem ser divulgados.	Ativos e Passivos podem vir a ter as suas avaliações impactadas por mudanças nos mercados. Ativos de longo prazo podem ser afetados pelas mudanças climáticas. As organizações podem incorrer em baixas contábeis e necessitar de investimentos para lidar futuramente com riscos climáticos. Gerando Passivos.
A estrutura de custo da empresa é parte a ser considerada. Organizações com fornecedores de custo mais baixo podem ser mais resilientes com possíveis mudanças climáticas. Outras despesas existentes também devem ser levadas em consideração.	O impacto financeiro também pode vir da necessidade de financiamento para equilibrar perdas no fluxo de caixa das empresas. Contudo, podem ocorrer dificuldades de refinanciamento de dívidas e menor prazo para pagamento de empréstimos.

Fonte: Adaptado de TCFD (2017)

Enquanto para a Fundação IFRS (2020) a definição de clima é um conceito em aberto podendo estar atrelado a mudanças climáticas, emissão de gases causadores do efeito estufa ou interações ambientais mais amplas, contudo é enfatizado o risco climático como um risco financeiro. Independente da definição e do foco, o trabalho a ser desenvolvido é com base em atender uma demanda urgente para representar nos relatórios o impacto financeiro das mudanças climáticas.

2.2 MATERIALIDADE

O Conceito de materialidade dentro da contabilidade é apresentado como uma das características qualitativas fundamentais da informação, além dela a relevância é outra característica essencial. Ambas estão interligadas, pois a definição de materialidade é descrita como elementos que tem qualidade material, ou seja, possuem substância, forma e relevância. Assim, a informação para ser material precisa ser relevante. (HENDRIKSEN; VAN BREDA, 1999)

Além disso, o conceito de materialidade está presente na estrutura conceitual básica para a produção de relatórios financeiros e é definida como: “A informação é material se a sua

omissão, distorção ou obscuridade puder influenciar, razoavelmente, as decisões dos principais usuários de relatórios financeiros (...)" (IAS 1)

De acordo com Garvey *et al* (2021), o caminho a ser seguido pela contabilidade é o de produzir relatórios não financeiros, assim sendo a produção desses relatórios devem ser com base nos princípios contábeis já incorporados nos relatórios financeiros. Os conceitos já consagrados pela teoria e pela prática são base para julgamento de preparadores e usuários. Para os usuários existe o conceito importante de *decision usefulness* ou utilidade da decisão, já debatido durante o desenvolvimento dos princípios contábeis, que foram desenvolvidos justamente pela necessidade de uma maior comparabilidade e uniformidade. (HENDRIKSEN; VAN BREDA, 1999)

O IASB ao adentrar como elaborador de padrões de sustentabilidade faria o papel de incorporar os princípios já existentes em outra dimensão, com isso a contabilidade da sustentabilidade produzida seria incorporada nos relatórios de sustentabilidade e não será tratada como uma área separada do universo contábil. (GARVEY *et al*, 2021)

Porém, o conceito de materialidade para relatórios não financeiros, para algumas organizações, é diferente, por exemplo, a ONU (Organização das Nações Unidas) e o GRI (Global Reporting Initiative) possuem um conceito próprio de materialidade.

Outra forma de se aplicar a materialidade é através da consideração do seguinte conceito: A informação material chamada de "informação material de desenvolvimento sustentável" é capaz de fazer diferença nas decisões dos grupos interessados nos impactos negativos e positivos das organizações em cumprir objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS) e para grupos que financiam a organização de forma a influenciar na criação de valor tanto para a organização quanto para a sociedade. (ADAMS, 2020)

Os principais determinantes da materialidade estão relacionados a como as informações influenciarão as decisões dos usuários, intitulados de "partes interessadas", e se eventuais omissões e distorções poderão afetar o julgamento de partes interessadas e também de elaboradores dos relatórios de sustentabilidade. (ECCLES, 2012).

Contudo, a importância da materialidade para este estudo constituiu-se através da perspectiva de como o conceito é aplicado para determinar quem são as partes interessadas e, como a adoção de tal conceito irá influenciar na definição de materialidade presente na Estrutural Conceitual futura no ISSB.

Além disso, Edgley (2014) constata haver uma genealogia do conceito de materialidade contábil podendo ser um conceito com diferentes e variados tipos de aplicação,

sendo considerado um conceito adaptável às mudanças dentro da contabilidade por não representar um conceito linear.

A materialidade é exposta por meio de duas abordagens no documento de consulta: 1 – Materialidade Simples e 2 – Dupla Materialidade. Através da materialidade simples, as informações divulgadas nos relatórios seriam baseadas em eventos relevantes, como as mudanças climáticas, com isso a intenção relatada pela Fundação é a de iniciar os trabalhos com foco na entidade que relata.

Por outro lado, a proposta de iniciar com a abordagem de dupla materialidade traria mais complexidade aos padrões, assim, o conceito de dupla materialidade exposto, englobaria também os efeitos da entidade no meio ambiente, para a Fundação o conceito é similar ao aplicado nos padrões GRI chamada de abordagem *multistakeholder*. (IFRS FOUNDATION, 2020)

Os tipos de materialidade apresentados em relatórios de sustentabilidade e informações não financeiras relacionadas ao clima acarreta na produção de informações relevantes para determinados usuários definidos pelos padronizadores, consequentemente outros usuários podem não ter sua demanda por informações atendidas. O quadro 4 demonstra os diversos conceitos de materialidade aplicados pelos padronizadores.

Quadro 4: Tipos de materialidade por normatizador

TIPOS	CONCEITO	ENFOQUE/USUÁRIOS	NORMATIZADOR
Dupla materialidade	Materialidade como um conceito que afeta empresas, investidores e a sociedade. As informações relevantes para divulgação devem atender todos os públicos.	Foco no impacto da empresa na sociedade e em atender a *multistakeholders*	*Global Reporting Initiative* (GRI), Diretiva de Relato Não Financeiro – União Europeia (NFRD)
Materialidade Simples	Materialidade baseada em eventos relevantes para a entidade que relata. Perspectiva de criação de valor para a empresa	Foco na entidade que relata e em atender investidores e participantes do mercado financeiro	*International Sustainability Standards Board* (ISSB) *International Integrated Reporting Council* (IIRC)
Materialidade Dinâmica	Materialidade como um processo que se desenvolve	Foco no impacto da empresa na sociedade e	*Sustainability Accounting Standards*

	durante o tempo, por esse ponto de vista algo que hoje não é material pode vir a ser em um curto período de tempo.	em atender a *multistakeholders*	*Board* (SASB), *Climate Disclosure Standards Board*, (CDSB)

Fonte: elaborado pela autora

A adoção do conceito de materialidade simples garante a permanência do ISSB como restrito a atender investidores e, sem aumentar o seu escopo, pois, assim estaria atuando como um normatizador como o GRI, com foco em questões amplas. Entretanto, pode contribuir para a fragmentação dos padrões. O conceito de materialidade abordado pelos normatizadores modifica-se de acordo com objetivo da norma e tipos de usuários atendidos. Por exemplo, o *Carbon Disclosure Project* (CDP) tem como foco atender cidades, estados, organizações e investidores. (HUSTON; 2021)

O *International Integrated Reporting Council* (IIRC) durante a sua criação foi criticado por utilizar o conceito de materialidade simples e empregar o conceito tradicional de materialidade financeira. (REUTENER; MESNER, 2015) Foi utilizado, pelo IIRC, entre os princípios norteadores a concisão, confiabilidade e materialidade. Definindo a materialidade como princípio básico, assim: “Um relatório integrado deve divulgar informações sobre assuntos que afetam de maneira significativa, a capacidade de uma organização de gerar valor em curto, médio e longo prazo.” (IIRC, 2015)

Por fim, apesar de haver uma divergência no conceito, a adoção do conceito de materialidade simples, proposto pelo ISSB, possui similaridade com a abordagem de materialidade financeira. É coerente também com o escopo da Fundação IFRS em atender a entidade que relata. Para Backer e Eccles (2018) normatizadores como FASB e IASB ao adentrarem em normas de relatos não financeiros devem manter o seu propósito e permanecer na missão de atender investidores.

2.3 INTERNATIONAL SUSTAINABILITY STANDARDS BOARD (ISSB)

2.3.1 Proposta de constituição

A introdução de informações não financeiros no ambiente das IFRSs iniciou-se com a adição dos comentários da administração, divulgados em conjunto com relatórios financeiros, o IASB solicitou uma consulta, em outubro de 2005, sobre qual papel poderia exercer para a

divulgação. Entretanto, parte dos grupos de contadores e auditores, 61% deles, não foram favoráveis à sugestão da apresentação de informações não financeiras, com comentários da administração dentro dos relatórios financeiros. (BOYER; CHANE-ALUNE, 2008) A consulta resultou na Declaração de Práticas IFRS 1 Comentário da Administração, emitido em 2010.

Após 15 anos da consulta, em setembro de 2020, foi divulgado o *Consultation Paper on Sustainability Reporting*, a Fundação IFRS abriu, por um período de 90 dias, consulta para receber comentários relativos à proposta de introdução da fundação como definidora de padrões, com isso após a finalização do prazo estabelecido foram recebidas 577 *comments letters*. No documento de consulta, 11 questões chaves, apresentadas no quadro 5, serviram de base para os respondentes apresentarem opiniões sobre os tópicos em discussão.

Quadro 5: Questões para consulta

QUESTÃO 1: Existe a necessidade de um conjunto global de padrões de relatórios de sustentabilidade reconhecidos internacionalmente? (a) Em caso afirmativo, a Fundação IFRS deve desempenhar um papel na definição desses padrões e expandir suas atividades de definição de padrões nesta área? (b) Se não, que abordagem deve ser adotada?
QUESTÃO 2: O desenvolvimento de um conselho de padrões de sustentabilidade (SSB) para operar sob a estrutura de governança da Fundação IFRS é uma abordagem apropriada para alcançar maior consistência e comparabilidade global nos relatórios de sustentabilidade?
QUESTÃO 3: Você tem algum comentário ou sugestão de acréscimo sobre os requisitos para o sucesso, conforme listado no parágrafo 31 (inclusive sobre os requisitos para obter um nível suficiente de financiamento e atingir o nível apropriado de especialização técnica)?
QUESTÃO 4: A Fundação IFRS poderia usar seus relacionamentos com as partes interessadas para auxiliar na adoção e aplicação consistente dos padrões SSB em todo o mundo? Se assim for, sob que condições?
QUESTÃO 5: Como a Fundação IFRS poderia desenvolver e trabalhar da melhor forma com as iniciativas existentes em relatórios de sustentabilidade para alcançar maior consistência global?
QUESTÃO 6: Como a Fundação IFRS poderia desenvolver e trabalhar da melhor forma com as iniciativas jurisdicionais existentes para encontrar uma solução global para relatórios de sustentabilidade consistentes?
QUESTÃO 7: Se a Fundação IFRS fosse estabelecer um SSB, ela deveria inicialmente desenvolver divulgações financeiras relacionadas ao clima antes de potencialmente ampliar suas atribuições para outras áreas de relatórios de sustentabilidade?
QUESTÃO 8: Um SSB deve ter uma definição focada de riscos relacionados ao clima ou considerar fatores ambientais mais amplos?
QUESTÃO 9: Você concorda com a abordagem proposta para a materialidade no parágrafo 50 que poderia ser

adotada pelo SSB?
QUESTÃO 10: As informações de sustentabilidade a serem divulgadas devem ser auditáveis ou sujeitas a verificação externa? Se não, quais tipos diferentes de garantia seriam aceitáveis para que as informações divulgadas fossem confiáveis e úteis para decisões?
QUESTÃO 11: As partes interessadas são bem-vindas para levantar qualquer outro comentário ou assunto relevante para nossa consideração.

Fonte: IFRS Foundation (2020)

A Fundação IFRS considerou três opções como possíveis para a realização do seu trabalho em contribuir para padrões mais consistentes. A primeira era manter o status quo, assim ela permaneceria sem nenhuma contribuição ao tema, mas, para o normatizador, não responderia a demanda identificada pela força tarefa. A segunda opção seria a de facilitar as iniciativas existentes, assim a Fundação trabalharia em conjunto com outros normatizadores, entretanto a opção não resolveria o problema da fragmentação. A terceira opção, considerada a mais adequada, de acordo com a Fundação IFRS, criaria um Conselho de Padrões de Sustentabilidade auxiliando na harmonização. (IFRS FOUNDATION, 2020)

O documento também prevê um trabalho conjunto com o IASB, para haver uma conexão entre relatórios financeiros e relatórios de sustentabilidade, dessa forma os conselhos, ISSB e IASB, trabalhariam em sinergia com colaborações formais ou informais. Contudo, o ISSB foi proposto para ser um conselho independente, com seus próprios curadores e, ser monitorado pelo *IFRS Foundation Monitoring Board*. (IFRS FOUNDATION, 2020)

Para o sucesso e estabelecimento do conselho a IFRS Foundation (2020) estabeleceu requisitos de sucesso. Entre esses requisitos estão: Ter apoio de reguladores, autoridades, investidores, mercados e preparadores, estabelecer uma estrutura de governança compatível com o trabalho proposto, curadores com conhecimentos em questões de relatórios de sustentabilidade, obtenção de financiamento separado e com apoio, garantir a conexão entre relatórios financeiros e relatórios de sustentabilidade e manter a missão da Fundação IFRS.

Além disso, a consulta abordou a importância da auditoria e verificação externa de relatórios de sustentabilidade. Para a IFRS Foundation (2020), as organizações devem divulgar informações sujeitas à auditoria, citando ainda a implementação da garantia já existente em relatórios financeiros através de um trabalho em conjunto com International Auditing and Assurance Standards Board (IAASB).

Diante da proposta, o apoio ao trabalho da Fundação IFRS em desenvolver padrões globalmente aceitos foi definido pelo *World Economic Forum* (2021) como o mais promissor.

Outro fator de influência, apontado por Adams (2020), também dependerá da definição de materialidade, pois constitui para quais grupos de interesse serão dirigidas as informações.

A introdução da Fundação IFRS como desenvolvedora de padrões pode trazer benefícios, pois a normatização levaria a criação de padrões, dessa forma reduziria informações não essenciais e mais onerosas. Porém, assim como para relatórios financeiros, mesmo com a existência de padrões já definidos, informações financeiras necessitam de julgamentos por parte do preparador, os relatórios de sustentabilidade ao adotar padrões definidos também dependeriam de julgamento e incentivos dos gestores. Então, o estabelecimento de padrões reduziria em partes a falta de comparabilidade. (CHRISTENSEN; LEUZ, 2019).

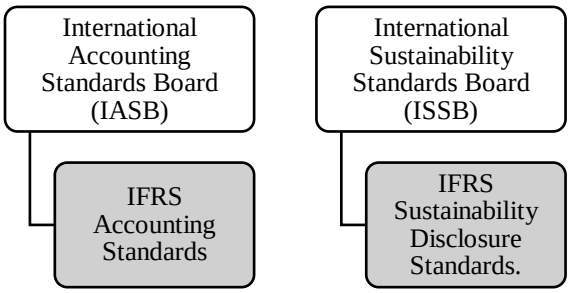
Para Adams (2020), o documento de consulta apresentado pela Fundação IFRS e qual caminho pretende-se seguir irá influenciar em qual será o papel da contabilidade em questões ambientais. Ademais, dada à importância das informações não financeiras, apresentadas nos relatórios de sustentabilidade, como componente para medir riscos futuros, e a busca das organizações por uma maior legitimidade (AZEVEDO *et al*, 2019) e a sua utilização como ferramenta para medir o nível de riscos ambientais para a sociedade (JAGGI *et al*, 2018), a criação do conselho auxiliaria substancialmente na divulgação.

2.3.2 Constituição do International Sustainability Standards Board (ISSB)

Após o primeiro documento de consulta, *Consultation Paper on Sustainability Reporting*, a *IFRS Foundation* divulgou, em abril de 2021, o *Exposure Draft* denominado "*Proposed Targeted Amendments to the IFRS Foundation Constitution to Accommodate an International Sustainability Standards Board to Set IFRS Sustainability Standards*", com 177 comentários. A consulta foi a última etapa onde se sugeria emendas a *IFRS Foundation Constitution* para incluir o ISSB como um conselho independente.

Em novembro de 2021, a Fundação IFRS incluiu o ISSB como um conselho independente, similar ao IASB, conforme figura 1, e sujeito a sua governança. A sua criação foi anunciada durante a COP26, Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas, realizada na Escócia, em novembro de 2021.

Figura 1: Padrões independentes e atividade relacionada



Fonte: Elaborado pela autora

A composição do conselho, realizada pelos curadores da Fundação, contará com 14 membros seguindo o critério de distribuição geográfica, com membros da Ásia-Oceania, Europa, Américas, África e quatros deles oriundos de outras regiões. Os membros possuem poder de voto e participação na criação de normas de sustentabilidade. Os curadores incluíram um mínimo de oito membros para a publicação de um documento de consulta para "divulgações relacionadas ao clima e/ou requisitos gerais para divulgação de informações financeira relacionadas à sustentabilidade". (IFRS FOUDANTION, p. 19 2021) Dessa forma, foi definido um foco inicial em informações financeiras relacionadas ao clima.

As diversas opiniões sobre o aumento do escopo de atuação da Fundação IFRS são apresentadas em estudos anteriores e posteriores a criação do ISSB. Adams e Abhayawansa (2022) relataram a pressão exercida sobre a Fundação para a criação de um unificador de padrões, apesar disso os autores discordam da sua constituição, entre os fatores de discordância está à utilização da materialidade financeira excluindo outras partes interessadas. Entretanto, o ISSB foi constituído com base na materialidade financeira, ou seja, ficou estabelecido como um normatizador para "divulgações de sustentabilidade que sejam úteis para investidores e outros participantes dos mercados de capitais mundiais na tomada de decisões econômicas." (IFRS FOUDANTION, 2021)

Cherepanova (2017) avalia a entrada de padrões IFRSs para relatórios de sustentabilidade como sendo restrito, pois o enfoque das IFRSs é no relato de informações financeiras, enquanto informações socioambientais englobam outros grupos de interesse. Huston (2021) relata que o ISSB deve redigir normas condizentes com as necessidades das partes interessadas para não se constituir mais um peso na regulação dos relatórios e adicionar custos para as empresa relatoras.

Entretanto, o ISSB pode enfrentar barreiras, como a oposição das jurisdições em adotar novos padrões devido ao aumento do custo. Para Kinderman (2020), foi similar ao ocorrido na Alemanha, opositora a adoção da Diretiva NFD – EU, nesse caso, de acordo com

o autor, o custo de se adequar seria mais sentindo pelas PMEs atuantes no país. (KINDERMAN, 2020)

As iniciativas existentes caminham para um processo de colaboração. O SASB e o IIRC, em 2021, anunciaram a unificação dos normatizadores, criando o *Value Reporting Foundation* (VRF). (HUSTON, 2021) O *Climate Disclosure Standards Board* (CDSB), constituído em 2007, com o objetivo de auxiliar as organizações a relatar informações ambientais e sociais, decidiu encerrar o conselho e se integrar de forma total ao ISSB, assim o normatizador não emitirá mais normas e recomendações. (CDSB, 2021) Ou seja, o ISSB trabalhará em conjunto com iniciativas já existentes como o extinto CDSB e o TCFD, importantes normatizadores para o relato de informações financeiras relacionadas ao clima.

2.4 TEORIA DA REGULAÇÃO

A regulação caracteriza-se por uma intervenção governamental, de forma administrativa ou normativa, com o intuito de atender e proteger tanto a sociedade quanto o meio ambiente, além de suprir possíveis falhas no mercado em questões econômicas. Assim, quando ocorre diferença entre o bem estar social e o privado afetando no custo- benefício pode haver interferência estatal. (BOUBAKER; CUMMING; NGUYEN, 2018; LEFTWICH, 1980) Embora existam diferenças entre a regulação financeira e ambiental, Boubaker, Cumming e Nguyen (2018) argumentam que ambas são similares, pois são frutos de falhas do mercado.

Nesse sentido, existem perspectivas positivas ou negativas para a regulação. Por um lado, as relações econômicas, para acontecer, necessitam de um controle, pois o lado de maior poder econômico exerceria livremente sua atuação, implicando, assim, em possíveis danos, como monopólios e degradação ao ecossistema. Por outro lado, uma intervenção pode implicar em aumento de burocracia e de custo para se exercer uma atividade econômica. (BOUBAKER; CUMMING; NGUYEN, 2018)

A regulação surge também como resposta ao problema de assimetria informacional, relatado por Akerlof (1978), quando nem todos os interessados no mercado recebem as informações de forma completa, dessa forma podem ocorrer falhas no funcionamento das relações econômicas. Boubaker, Cumming,Nguyen (2018) descrevem que a imposição de divulgação de informações é utilizada como mecanismo para solucionar problemas informacionais

Por exemplo, a ANEEL, Agência Nacional de Energia Elétrica, a partir de 2006, passou a exigir de organizações do setor de energia elétrico a apresentação de informações socioambientais. Como resultado Braga *et al*. (2011) relatou que a pressão do agente regulador influenciou no aumento da divulgação de informações ambientais. Assim, a não existência de regulamentação acarreta na baixa produção e prejudica a qualidade das informações produzidas. (LEFTWICH, 1980)

O objetivo da regulação de informações ambientais é o informado por Boubaker, Cumming e Nguyen (2018) ao relatar haver uma relevância de informações ESG para a tomada de decisão financeira, então aspectos socioambientais são levados em consideração ao se medir o risco de uma organização.

A teoria da regulação pode ser apresentada em três pontos: A Teoria do Interesse Público, Teoria da Captura e a Teoria Econômica da regulação. (VISCUSI; HARRINGTON; SAPPINGTON, 2018)

2.4.1 Teoria do Interesse Público

Teoria normativa com base no interesse público. A proteção ao interesse público é relativa a possíveis falhas de mercado. Leftwich (1980) afirma que normatizadores e reguladores são peças principais na diminuição de desequilíbrios entre a atividade econômica (mercados) e a sociedade.

Então, manifesta-se externalidades positivas ou negativas. Uma externalidade negativa ocorre quando a sociedade é afetada pela atividade econômica, como, por exemplo, o impacto sofrido no meio ambiente gerado por indústrias poluidoras. Já a externalidade positiva é apresentada quando a sociedade é a maior favorecida na relação setor privado e sociedade. (ALVES DE CAMPOS, 2008)

O objetivo da teoria é explicar de forma empírica a reação governamental a externalidades e monopólios que possam afetar o funcionamento do mercado, mas, além disso, também é levada em consideração a busca incessante do Estado em regular para anteder o interesse público e proteger o bem estar social. (VISCUSI; HARRINGTON; SAPPINGTON, 2018).

2.4.2 Teoria da Captura

A expressão captura, empregada para nomear a teoria, é utilizada por ocorrer uma espécie de captura. Viscusi, Harrington e Sappington (2018) utilizam o termo para descrever a relação entre um regulador e um setor/indústria. Espera-se como objetivo da regulamentação o atendimento ao interesse público, porém, ainda de acordo com Viscusi, Harrington e Sappington (2018), a hipótese é que ocorra o inverso, ou seja, o setor que deveria ser regulado para servir a sociedade passaria a atender a indústria em questões econômicas. Assim, o regulador é capturado.

De acordo com a hipótese da captura, o objetivo das empresas é a utilização do regulador para a geração de números mais lucrativos. A teoria da captura também pode ser empregada para fins de informações ambientais, com isso a justificativa utilizada, de que uma maior regulação ambiental implicaria em um aumento de custo e diminuição de benefícios para as organizações, significa uma maior influência da indústria sob os reguladores. (BOUBAKER; CUMMING; NGUYEN, 2018)

2.4.3 Teoria Econômica da Regulação

A Teoria Econômica da Regulação surge como uma terceira via alternativa a teoria da captura e a teoria do interesse público. Stigler (1971) desenvolveu a teoria sob a ideia que o poder principal do governo de imposição é também um recurso a ser utilizado por grupos de interesse. Tais grupos agem sob racionalidade com o intuito de potencializar os lucros. (VISCUSI; HARRINGTON; SAPPINGTON, 2018)

Ocorre assim uma troca entre entes privados e públicos. A busca pela maximização do lucro leva a uma procura por segurança frente a concorrentes e outros possíveis prejuízos, assim, para isso os agentes buscariam influenciar na regulação mais vantajosa e com menor custo. Em contrapartida, os agentes políticos receberiam apoio político e financeiro para se manterem no governo.(ALVES DE CAMPOS,2008)

Logo, existe uma relação econômica direta entre a regulação e os agentes influenciadores. O propósito é ter apoio político, ou seja, quem influencia passa a exercer poder sobre a legislação. Tal poder deve vir atrelado a benefícios econômicos diretos para que haja um dispêndio de recurso com a finalidade de aprovação ou reprovação de uma norma. (VISCUSI; HARRINGTON; SAPPINGTON, 2018)

2.5 *LOBBY* NA DEFINIÇÃO DE PADRÕES

O histórico de desenvolvimento de padrões contábeis é marcado por uma forte pressão política. (SUTTON, 1984) Watts e Zimmerman (1979) descrevem como empresas e setores mais regulados, como bancos, utilizam o *lobby* como ferramenta para influenciar na elaboração de padrões. Os grupos com interesse em influenciar na regulação tem como fundamento a "intenção de zelar pelo interesse público". Para normas contábeis, existe uma forte regulação onde as organizações são pressionadas a adotar a norma estabelecida. Sutton (1984) relata que diante da obrigatoriedade de adoção, alguns grupos vão buscar a prática do *lobby*, porém será levando em consideração os custos a ele relacionados.

Contudo, existem diferenças a se considerar em relação ao *lobbying* em normas contábeis e o praticado em normas para informações ambientais e sociais, pois para normas contábeis existe uma imposição e obrigatoriedade, diferentemente de normas para informações ESG que, para parte das empresas, não são obrigatórias. A não obrigatoriedade implica em um maior poder de escolha sobre quais informações divulgar, ou seja, alguns grupos podem ser menos motivados a participar do processo. Além disso, a possível existência de impactos econômicos para as organizações não é de fácil visualização. (REUTER; MESSNER, 2015)

O *lobby* pode ser realizado de maneira formal ou informal, além de poder ser realizado de forma direta ou indireta. A utilização de *comment letters* faz parte de um processo legítimo e transparente de influenciar nas normas propostas, dessa forma possui características de um *lobby* executado formal e diretamente. Ademais, em relação à definição inicial de padrões, haveria uma chance maior de o processo ser influenciado durante o seu estágio inicial. (REUTER; MESSNER, 2015) As diversas formas de métodos aplicados como forma de influenciar o IASB nas normas em produção é apresentada por Orens *et al* (2011) conforme apresentado no quadro 6.

Quadro 6: Métodos de *lobbying*

TIPOS	MÉTODO FORMAL DE LOBBYING	MÉTODO INFORMAL DE LOBBYING
MÉTODOS DIRETOS	Aplicação de carta comentário como resposta a pedidos públicos de comentários por parte do órgão normatizador.	Utilizar encontros privados, como reuniões ou conversas e mensagens telefônicas junto a algum membro desenvolvedor.
MÉTODOS INDIRETOS	Envolver-se em debates públicos Enviar comentários ao órgão desenvolvedor da norma Enviar comentários aos membros do órgão	Apresentar sugestões ao auditor externo Apresentar sugestões através de organizações da área.

	desenvolvedor da norma	

Fonte: Orens et al (2011); Georgiou, (2010);Jorissen et al., (2012)

Questões como: quais são os principais grupos, em que momento e qual método são utilizados para praticar o *lobbying* é apresentado por Sutton (1984), então, grupos, como auditores, investidores e gestores, por meio do *lobby*, buscam influenciar na norma em desenvolvimento para que o produto final seja favorável aos próprios interesses, além disso, verificou-se que profissionais contábeis de firmas de auditoria e de serviços de contabilidade fazem mais *lobby*. A intenção ao valer-se do *lobby* é buscar influenciar ao máximo com o menor custo, pois a atividade de influenciar pode ser custosa, dessa forma a prática pode ocorrer antes mesmo de haver um documento público de apresentação do projeto. O método escolhido é pensado também medindo custo-benefício, assim métodos indiretos são mais caros, enquanto métodos diretos são menos onerosos, porém não é possível medir qual método é mais eficaz, pois cada norma possui sua peculiaridade e seus grupos de influência. (SUTTON, 1984)

Jorissen *et al*.(2012) indica que preparadores possuem um comportamento diferente em relação ao momento do *lobby*, enquanto outros grupos de interesse buscam influenciar no estágio inicial, preparadores buscam estágios posteriores ao inicial. Reuter e Messner (2015) encontraram resultados similares ao investigar o *lobby* no desenvolvimento do IIRC.

Durante a introdução do IASB como desenvolvedor das Normas Internacionais de Contabilidade, conforme relatado por Zeff (2002), foi exercida uma pressão política sobre o IASB, o autor explanou as possíveis dificuldades que surgiriam, como opiniões contrárias de outros normatizadores, como a SEC ou o FASB, acarretaria em tentativas agressivas de influenciar com a finalidade de sobrepor os próprios interesses. A influência de grupos em padrões contábeis também prejudica a independência do normatizador. (GEORGIOU, 2010)

A mesma pressão política ocorreu sobre o *International Integrated Reporting Council* ao desenvolver padrões para relatórios integrados. Reuter e Messner (2015) analisaram o conteúdo das *comment letters* recebidas pelo conselho para identificar os principais grupos de interesse, com isso os achados apontam que empresas multinacionais, preparadores e empresas prestadoras de serviços relacionados à sustentabilidade foram os principais respondentes e influenciadores. O estudo utilizou um documento de discussão como base. Os autores elaboraram hipóteses como a influência do tamanho da empresa (se empresas maiores

exerceram um maior *lobbying*), se preparadores, profissionais contábeis ou usuários foram mais frequentes e a composição dos votos a favor ou contra.

Diversos estudos, como os de Adhikari, Betancourt e Alshameri (2014) utilizaram como base os comentários recebidos em uma consulta pública sobre "Roteiro para o uso potencial de demonstrações financeiras elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Relatórios Financeiros (IFRS) por emissores norte-americanos". As 200 *comment letters* recebidas de organizações, investidores, acadêmicos e outros grupos serviram como base para o estudo de forma a identificar se os respondentes eram contra ou a favor da proposta, os autores identificaram que os tipos de respondentes, o setor que a empresa fazia parte e as características de cada respondente influenciavam na resposta final. Outros artigos como Georgiou (2010), Mellado e Parte (2021) utilizaram como base *comment letters* para investigar o lobby exercido na elaboração de normas e padrões.

Estudos como o de Koprowski (2019) investigou a existência de influência política na divulgação de informações socioambientais através da análise de empresas de capital aberto, assim os achados determinaram não haver relação, porém a evidenciação os dados socioambientais analisados indicam uma propensão a divulgar dados qualitativos ao invés de dados quantitativos.

Outros achados estão descritos no quadro 7. Os estudos constatam que o grupo de Preparadores, profissionais contábeis e normatizadores correspondem ao com maior participação nas propostas de alterações. Enquanto, Giner e Arce (2012), Tutticci e Dunstan (1994) e Reuter e Messner (2015) identificaram a utilização de argumentos conceituais como os mais adotados para buscar a aceitação da opinião do lobista. Georgiou (2010) identificou o país de origem como característica influenciadora para o acolhimento da opinião, assim respondentes oriundos dos Estados Unidos e Europa são mais participativos e com maior chance de exercer influência.

Quadro 7: Estudos de lobby e características influenciadoras

Autores	**Análise**	**Grupos de interesse com maior participação**	**Característica influenciadora**
Georgiou (2010)	Questionário para avaliar a percepção	Profissionais contábeis e órgãos normatizadores de contabilidade norte-americanos e europeus	País de origem - EUA e Europa
Giner e Arce (2012)	Análise de cartas comentários	Preparadores e normatizadores	Argumentos conceituais

Do Carmo, Ribeiro e De Carvalho (2014)	Análise de cartas comentários	Preparadores e Profissionais contábeis	Nenhuma característica influenciou
Tutticci e Dunstan (1994)	Análise de cartas comentários	Preparadores	Argumentos conceituais
Hewa, Mala e Chen (2020)	Análise de cartas comentários	Preparadores	Não considerada para o estudo
Reuter e Messner (2015)	Análise de cartas comentários	Preparadores	Argumentos conceituais

Fonte: Elaborado pela autora

Os grupos de interesse identificados na prática do *lobbying* podem variar, assim como suas motivações. O grupo de preparadores possuem maiores incentivos econômicos, enquanto para usuários, o *lobby* é menos vantajoso. A razão para essa diferença, entre incentivos para o *lobby* de preparadores e usuários, são questões pontuais. Usuários, como fundos de investimento e pensão, dispõe de um considerável capital. Preparadores também. Contudo, a principal diferença para usuários participarem menos de processos de modificação de normas está na diversificação da carteira de ativos, visto que um fundo de investimento tende a possuir ativos mais dispersos. (SUTTON, 1984)

3 METODOLOGIA

3.1 ABORDAGEM E TIPO DA PESQUISA

A primeira parte do estudo corresponde à utilização da pesquisa qualitativa para analisar os documentos selecionados, sendo, portanto, uma pesquisa do tipo documental. O documento utilizado corresponde as *comments letters* analisadas por meio da técnica análise de conteúdo já aplicada em outros estudos de *lobby*, como os de Santos e Santos (2014), Reuter e Messner (2015), Cariano *et al*. (2017), Tutticci, Dunstan e Holmes (1994), Tsunogaya e Hellmann (2020).

A segunda parte, correspondente à pesquisa quantitativa, utiliza métodos estatísticos e segue o fluxo descritivo definido por Andrew e Baker (2020) com o objetivo de identificar quais grupos influenciaram na proposta final de constituição do novo órgão constituído pela Fundação IFRS.

A pesquisa caracteriza-se por ser do tipo exploratória, ao tratar de um estudo com pouca literatura sobre a temática abordada, embora haja estudos investigando o *lobby*, o

objetivo dos mesmos é investigar o seu papel em modificações de normas para relato de informações financeiras. O estudo estende-se para uma fase descritiva onde os dados coletados são utilizados para responder a questão de pesquisa e clarificar "quem" e "como" ocorreu a influência de grupos na proposta. A Figura 2 representa a metodologia adotada para responder o problema de pesquisa. (SAUNDERS; THORNILL, 2012)

Figura 2: Metodologia empregada no estudo

Fonte: Elaborado pela autora com base em Saunders e Thornill (2012)

3.2 POPULAÇÃO E AMOSTRA

A amostra para compor o estudo foi extraída das *comments letters* enviadas em resposta ao documento "*Consultation Paper on Sustainability Reporting*". A consulta aberta, iniciada em outubro de 2019 e finalizada em 31 de dezembro de 2020, teve como objetivo coletar opiniões e informações de diversas partes em relação a uma possível demanda para que a Fundação IFRS desenvolva normas para elaboração de relatórios de sustentabilidade. No total, foram enviadas 577 *comments letters* de 46 países em resposta a 11 questões.

As questões 1, 7 e 9 foram selecionadas para compor o estudo por se tratar de pontos relevantes para a proposta. A questão 1 é a questão de entrada para o debate, pois a opinião sobre a entrada ou não da Fundação, como desenvolvedora de padrões para relatórios de sustentabilidade, é fundamental para as demais questões. As questões selecionadas estão interligadas entre si, além da questão 1 ser base para as demais, o conceito de materialidade, apresentado na questão 9, está ligado à ampliação da norma para outras áreas do relatório de

sustentabilidade e a abordagem de dupla materialidade, assim como a questão 7 também discute uma ampliação do trabalho do ISSB.

Além disso, a entrada do IASB como elaborador de padrões para relatórios de sustentabilidade é discutida por Barker e Eccles (2018), assim para verificar a necessidade da entrada da Fundação IFRS em produzir normas padronizadas, bem como investigar as opiniões sobre a sua entrada, a questão 1 foi incluída na pesquisa.

O estudo de Krueger, Sautner e Starks (2020) informa que riscos climáticos já são considerados, por investidores, como representando riscos regulatórios. Por outro lado, Adams (2020) destaca a importância de informações ESG mais amplas para atender os diversos usuários. A análise das duas perspectivas será investigada através da questão 7.

Em última seleção, o conceito de materialidade adotado será fundamental para a definição da Estrutural Conceitual e para guiar o estabelecimento das normas desenvolvidas pelo ISSB. (ADAMS, 2020) A definição do conceito para o relato de informações socioambientais também influencia na confiabilidade do relatório produzido e no que será considerado material para a entidade relatora. (REUTER; MESSNER, 2015) Logo, a seleção da questão 9 tem como base os estudos de Reuter e Messner (2015) e Adams (2020).

Quadro 8: Questões selecionadas para a pesquisa

QUESTÃO 1
Existe a necessidade de um conjunto global de padrões de relatórios de sustentabilidade reconhecidos internacionalmente? (a) Em caso afirmativo, a Fundação IFRS deve desempenhar um papel na definição desses padrões e expandir suas atividades de definição de padrões nesta área? (b) Se não, que abordagem deve ser adotada?
QUESTÃO 7
Se a Fundação IFRS fosse estabelecer um SSB, ela deveria inicialmente desenvolver divulgações financeiras relacionadas ao clima antes de potencialmente ampliar suas atribuições para outras áreas de relatórios de sustentabilidade?
QUESTÃO 9
Você concorda com a abordagem proposta para a materialidade no parágrafo 50 que poderia ser adotada pelo SSB?
Parágrafo 50: Para o SSB (*Sustainability Standards Board*), começar com uma abordagem de dupla materialidade aumentaria substancialmente a complexidade da tarefa e poderia impactar ou atrasar a adoção dos padrões. Portanto, uma abordagem gradualista é recomendada. Se estabelecido, o SSB inicialmente concentraria seus esforços nas informações de sustentabilidade mais relevantes para os investidores e outros participantes do mercado. Essas informações se conectariam mais estreitamente com o foco atual do IASB.

Fonte: IFRS Foundation (2020)

Após a definição das questões, as cartas enviadas em resposta foram numeradas e divididas para análise por questão. As cartas de numeração 109, 189, 288, 346 e 428 foram descartadas da pesquisa por não ser possível o seu acesso ao conteúdo por falha no banco de dados, conforme apresentado no quadro 9, contabilizando um total de 5 cartas com erro.

Para a questão 1, dos 577 respondentes, 200 não responderam a questão e 5 foram retirados por não ser possível a visualização, totalizando 372 respostas a questão. 362 cartas comentários responderam a questão 7 e 215 foram retiradas da pesquisa devido o respondente não emitir opinião sobre a questão analisada. Por fim, 61,01% dos respondentes emitiram opinião sobre a questão 9, representando um total de 352 cartas.

Quadro 9: Número de Cartas incluídas por questão

Questão	Total Geral de respondentes	Não responderam a questão	Cartas com erros na visualização	Total de cartas incluídas por questão
1	577	(200)	(5)	372
%	100%	34,66%	0,87%	64,47%
7	577	(210)	(5)	362
%	100%	36,40%	0,87%	62,73%
9	577	(220)	(5)	352
%	100%	38,12%	0,87%	61,01%

Fonte: Dados da pesquisa

3.3 COLETA E CLASSIFICAÇÃO DOS DADOS

Os grupos de respondentes foram classificados e apresentados no quadro 10 com base nos trabalhos de Giner e Acer (2012), Tutticci, Dunstan e Holmes (1994), Reuter e Messner (2015), Tsunogaya e Hellmann (2020), Do Carmo, Ribeiro e De Carvalho (2014), Georgiou (2010) e Tavares (2016). A utilização do grupo de Entidades com foco em questões socioambientais é pertinente por se encaixar no grupo de partes interessadas externas, apresentado por Sisaye (2021) e Reuter e Messner (2015).

As cartas seguiram a numeração de 1 a 577 apresentadas pela Fundação IFRS. Os 577 respondentes foram classificados de acordo com a descrição apresentada quadro 10. Por exemplo, a carta de número 6 enviada pela empresa Philips foi classificada dentro do grupo de preparadores, figurando como o grupo de elaboradores de relatórios de sustentabilidade, composto por empresas e associações de empresas. Já a carta de número 494, enviada em

conjunto pela Cidade de Montreal, Cidade de Vancouver e Cidade de Toronto foi categorizada como pertencente ao grupo de Normatizadores e Reguladores. Cabe ressaltar que a utilização da classificação de empresas como sendo preparadores é utilizada de acordo com a literatura citada. As organizações são classificadas como preparadores por serem responsáveis em preparar e relatar as informações.

Quadro 10: Classificação dos grupos de interesse

Grupos de Interesse	Descrição	Referência
Profissionais Contábeis	Inclui firmas contábeis e associações profissionais	Giner e Arce (2012); Tutticci, Dunstan e Holmes (1994); Tavares (2016); Tsunogaya e Hellmann (2020).
Entidades com foco em questões socioambientais	Privadas e Públicas	Reuter e Messner (2015)
Indivíduos	Incluindo acadêmicos	Tutticci, Dunstan e Holmes (1994); Tavares (2016)
Preparadores	Inclui empresas, associações de empresas, indústria e outras entidades relatoras	Giner e Arce (2012); Tsunogaya e Hellmann (2020) ;Tavares (2016)
Normatizadores e Reguladores	Incluindo agências governamentais e normatizadores privados	Giner e Arce (2012); Tavares (2016)
Usuários	Composto por investidores, fundos (de pensão ou investimento) e analistas financeiros.	Giner e Arce (2012); Tsunogaya e Hellmann (2020); Do Carmo, Ribeiro e De Carvalho (2014)
Outros	Outros (como organizações internacionais e organizações sem fins lucrativos). Categorias que não se enquadram nas outras classificações	Tsunogaya e Hellmann (2020); Do Carmo, Ribeiro e De Carvalho (2014)

Fonte: Elaborado pela autora

Posteriormente se deu a categorização por país e continente do respondente, tal classificação é pertinente para conhecer as características dos respondentes, compor a estatística descritiva e aplicação nas variáveis empregadas. O quadro 11 descreve o número de *comments letters* por região. Contudo, 16 cartas não apresentaram identificação não sendo possível a categorização.

A Europa dispõe da maior concentração de cartas, sendo também o continente onde se encontra o país com mais respondentes, 75 envios oriundos do Reino Unido. Seguido da

América do Norte e Ásia. Ressalta-se a diversidade dos países, ao todo foram 46 países representados por 577 respondentes.

Quadro 11: Número de cartas enviadas por país e continente

PAÍS E CONTINENTE						
ÁFRICA (22)	**AMÉRICA DO SUL (24)**	**AMÉRICA DO NORTE (70)**	**ÁSIA (34)**	**EUROPA (176)**	**OCEANIA (21)**	**SEM IDENTIFICAÇÃO (16)**
África do Sul (13) Botswana (1) Nigéria (5) Quênia (1) Tanzânia (1) Uganda (1)	Argentina (1) Brasil (16) Chile (2) Colômbia (5)	Canadá (28) Estados Unidos (40) México (2)	Arábia Saudita (1) Bahrein (1) China (12) Coreia do Sul (4) Emirados Árabes Unidos (1) Indonésia (1) Irã (1) Japão (6) Malásia (6) Rússia (1) Taiwan (1)	Alemanha (19) Áustria (1) Bélgica (16) Dinamarca (1) Espanha (5) Finlândia (2) França (13) Holanda (16) Itália (8) Noruega (2) Polônia (1) Portugal (1) Reino Unido (75) Romênia (2) Suécia (5) Suíça (8) Turquia (2)	Austrália (17) Nova Zelândia (4)	-

Fonte: Dados da pesquisa

Por fim, para aplicação do modelo estatístico é necessária a codificação das repostas enviadas, assim as respostas foram classificadas em “a favor”, “contra” e “ausente” com base nas pesquisas de Do Carmo, Ribeiro e De Carvalho (2014), Hansen (2010) e Hewa, Mala e Chen (2020). A técnica análise de conteúdo serviu de base para a transformação dos dados e

aplicação da segunda etapa da pesquisa através da utilização de um modelo estatístico e análise descritiva dos dados. A aplicação da técnica é adequada ao estudo, pois, de acordo com Saunders e Thornill (2012) a sua aplicação permite uma descrição quantitativa de dados qualitativos. A aplicação da codificação de dados quantitativos segue o proposto por Saunders e Thornill (2012), com a utilização de categorias já determinadas pela literatura.

3.4 REGRESSÃO LOGÍSTICA

A regressão logística permite a aplicação de variáveis não quantificáveis, também o modelo *logit* possibilita a utilização de variáveis categóricas binárias com o objetivo de prever e explicar a influência de variáveis independentes (X_n) na variável dependente (Y). Como descrito por Hair (2009) é a regressão com similaridades com uma regressão múltipla, contudo permite a aplicação de variáveis dicotômicas introduzidas através da codificação de dados qualitativos.

O propósito da aplicação da regressão logística é o de verificar quais características, grupos, região geográfica ou mercado de capitais motivaram a Fundação IFRS a aprovar o modelo final de constituição do novo órgão *International Sustainability Standards Board* (ISSB). Para isso, o modelo *Logit* apresentado por Do Carmo *et al.* (2014), Jorissen *et al.* (2012), Tavares (2016) e através da equação explicitada por Hair (2009) e Gujarati e Porter (2011), a seguinte equação será aplicada:

$$\text{Resultado} = \frac{1}{1+e^{-(\beta 1+\beta 2+\beta 3+\beta 4+\beta 5+\beta 6+\beta 7+\beta 8+\beta 9+\beta 10+\varepsilon)}} \quad (1)$$

Para verificar a existência de multicolinearidade e correlação entre as variáveis independentes foram aplicadas as estatísticas de *Tolerance* e VIF (*Variance Inflation Factor*), assim a tolerância deve ser maior que o Fator de Influência para que não ocorra correlação. (FAVERO; BELFIORE, 2017)

$$\text{Tolerance} = 1 - R_k^2 \quad (2)$$

$$\text{VIF} = \frac{1}{Tolerance} \quad (3)$$

A verificação da adequação do modelo foi realizada através do R quadrado *Cox & Snell* e R quadrado *Nagelkerke*, medidas pseudo R^2, além da Verossimilhança de log -2. Para

as medidas pseudo R^2, o R quadrado *Cox & Snell* deve atingir um valor máximo até 1, enquanto o R quadrado *Nagelkerke* deve corresponder a valores entre 0 a 1 indicando um bom ajuste do modelo. A Verossimilhança de log -2 devem ser avaliadas conforme as variáveis forem sendo introduzidas no modelo, então o seu valor diminuindo no modelo ajustado indica uma boa adequação. Por fim, aplicou-se como última etapa para verificação da adequação ao modelo o teste de *Hosmer e Lemeshow*. (HAIR, 2009)

O modelo foi rodado no *software* estatístico SPSS (*Statistical Package for the Social Sciences*). O método utilizado para o cálculo da regressão foi de iniciar com todas as variáveis independentes com intuito de apresentar na etapa final o modelo adequado as variáveis apresentadas, assim o tipo corresponde ao *Backward Stepwise* (Razão de Verossimilhança).

A variável dependente (Y) e as variáveis independentes (Xn) foram definidas de acordo com a literatura e apresentados no quadro 12. A Representação, variável independente, é empregada para analisar a possível influência do número de curadores da Fundação IFRS por continente, assim, um determinado lobista cujo país tenha um número maior de curadores representado, então se espera um maior alcance na aprovação da sua opinião, conforme aplicado nas pesquisas de Do Carmo, Ribeiro e De Carvalho (2014) e Hansen (2010).

A aplicação da variável no modelo é fundamentada por: Os curadores possuem um conhecimento mais aprofundado da necessidade de aprovação ou reprovação da norma, também dispõe de uma maior facilidade de comunicação com respondentes do seu país de origem. (HANSEN; 2010)

Quadro 12: Variáveis selecionadas para o estudo

VARIÁVEL DEPENDENTE (Y)		**Referência**
Resultado	Variável binária. Baseada na emenda a IFRS Foundation Constitution para criar o International Sustainability Standards Board (ISSB). O valor será 0, caso a opinião do respondente não tenha sido acolhida pela fundação, e 1 se for acolhida.	Do Carmo, Ribeiro e De Carvalho (2014)
VARIÁVEIS INDEPENDENTES (Xn)		**Referência**
$\boldsymbol{\beta_1}$**Argumentos**	Variável dicotômica. Assume valor 1 se o argumento utilizado pelo respondente tem características conceituais e 0 se for econômico	Tutticci, Holmes e Dunstan (1994).
$\boldsymbol{\beta_2}$ **Representação**	Variável numérica. Representa a quantidade de Curadores da Fundação IFRS correspondente ao continente do respondente	Do Carmo, Ribeiro e De Carvalho (2014) e Hansen (2010)

β_3 **Mercado de capitais**	Variável numérica logarítmica. Representa o valor do mercado de capitais de acordo com o país do respondente. (Capitalização de mercado)	Do Carmo, Ribeiro e De Carvalho (2014), Hansen (2010), Kosi (2014)
β_4**Preparadores**	Variável binária. Cartas enviadas pelos preparadores dos relatórios, como empresas e associações. 0 se estiver fora do grupo de preparadores e 1 se estiver dentro.	Do Carmo, Ribeiro e De Carvalho (2014) e Hansen (2010)
β_5**Profissionais**	Variável binária. Cartas enviadas por profissionais contábeis. 0 se estiver fora do grupo de profissionais contábeis e 1 se estiver dentro.	Do Carmo, Ribeiro e De Carvalho (2014) e Hansen (2010)
β_6**Normatizadores e Reguladores**	Variável binária. Cartas enviadas por normatizadores. 0 se estiver fora do grupo de normatizadores e 1 se estiver dentro.	Do Carmo, Ribeiro e De Carvalho (2014)
β_7 **Indivíduos**	Variável binária. Cartas enviadas por Indivíduos. 0 se estiver fora do grupo de acadêmicos e 1 se estiver dentro.	Do Carmo, Ribeiro e De Carvalho (2014)
β_8**Entidades com foco em questões sociosambientais**	Variável binária. Cartas enviadas por Entidades com foco em questões sociosambientais 0 se estiver fora do grupo de Entidades com foco em questões sociosambientais e 1 se estiver dentro.	Reuter e Messner (2015)
β_9**Usuários**	Variável binária. Cartas enviadas por Usuários. 0 se estiver fora do grupo de usuários e 1 se estiver dentro.	Do Carmo, Ribeiro e De Carvalho (2014)
β_{10} **Outros**	Variável binária. Cartas enviadas por outros. 0 se estiver fora do grupo de outros e 1 se estiver dentro.	Do Carmo, Ribeiro e De Carvalho (2014)

Fonte: Elaborado pela autora

O número de membros votantes do IASB é empregado como variável na literatura para examinar a influência do país de membros votantes na decisão final, porém a coleta de dados referente a essa variável foi adaptada para a pesquisa. A constituição do novo padronizador independente ocorreu no âmbito da Fundação IFRS, assim a votação foi realizada pelos curadores da Fundação IFRS.

Os dados referentes aos curadores, extraídos do relatório anual de 2020 da fundação, foram incorporados na variável. O quadro 13 representa os curadores e seus respectivos países. A Fundação IFRS busca garantir um equilíbrio de participação geográfica através da

definição do número de curadores por região, então: (6) seis curadores da região Ásia-Oceania, (6) Europa, (6) Américas, (1) administrador da África e (3) de qualquer região, de acordo com a premissa de proporcionalidade geográfica.

Quadro 13: Curadores da Fundação IFRS por região

África	América do Norte	América do Sul	Ásia	Europa	Oceania
Suresh P. Kana (África do Sul)	Alan Beller (Estados Unidos) Guillermo Babatz (México) Larry Leva (Estados Unidos) Michel Madelain (Estados Unidos) Kurt Schacht (Estados Unidos) Maria Theofilaktidis (Canadá)	Alexsandro Broedel (Brasil)	Takafumi Sato (Japão) Teresa Ko (China) Su-Keun Kwak (Coreia do Sul) Kazuyuki Masu (Japão) Vinod Rai (Índia) Sarah J. Al Suhaimi (Arábia Saudita) Guangyao Zhu (China)	Erkki Liikanen (Finalândia) Else Bos (Holanda) Colette Bowe (Reino Unido) Werner Brandt (Alemanha) Ross McInnes (França) Lucrezia Reichlin (Itália)	Joanna Perry (Nova Zelândia)

Fonte: elaborado pela autora

O posicionamento final da Fundação, expresso através da emenda a *IFRS Foundation Constitution*, sobre os conceitos selecionados para estudo é apresentado no quadro 14. A decisão de aceitar compõe a variável dependente (Y) aplicada no modelo. A classificação da variável corresponde à aceitação ou não da opinião do respondente ao ser confrontado com a decisão final divulgada pela Fundação IFRS.

Quadro 14: Decisão tomada pela Fundação IFRS

Assunto abordado	Decisão final da Fundação IFRS
Introdução da Fundação IFRS como normatizadora para relatórios de sustentabilidade	Aceitar

Foco dos relatórios em produzir informações financeiras relacionadas ao clima	Aceitar
Aplicação do conceito de materialidade simples (financeira)	Aceitar
Normas com foco em investidores e outros participantes do mercado	Aceitar

Fonte: Elaborado pela autora

O tipo de argumento utilizado pelo lobista para convencer o normatizador é analisado por Giner e Arce (2012), Reuter e Messner (2015) e Tutticci, Holmes e Dunstan (1994). A variável argumento foi utilizada com base no trabalho de Reuter e Messner (2015) e Tutticci, Holmes e Dunstan (1994). A classificação utilizada como base para codificação está definida no quadro 15.

Quadro 15: tipos de argumentos

Tipo de argumento	Descrição	Exemplos
Conceitual	Opiniões fundamentadas através de bases conceituais, como citação da estrutura conceitual, citação de artigos, citação de conceitos e opiniões técnicas.	Carta n^0 122: "O princípio da materialidade é fundamental na sustentabilidade, pois destaca a diferenciação dos impactos e a capacidade de atuação nas diversas questões, considerando as especificidades das empresas. O princípio da materialidade no contexto das informações relacionadas à sustentabilidade precisa ser esclarecido, levando em consideração a consistência com a materialidade financeira". Carta n^0 11: "A Estrutura Conceitual da Fundação IFRS para Relatórios Financeiros (2018) descreve as características da informação efetiva, Par. 2.4 "Para que a informação financeira seja útil, ela deve ser relevante e representar fielmente o que pretende representar…" Nos estágios iniciais da implementação de padrões de sustentabilidade, é importante focar nas informações que são mais benéficas para os usuários dessas informações."

Econômico	Opiniões com justificativas de implicações econômicas, como o aumento do custo de divulgação, necessidades do mercado e criação de valor para organizações.	Carta n^0 1: "O compromisso Net-Zero Carbon que está sendo feito por muitos países provavelmente criará riscos de transição que afetarão substancialmente os valores dos ativos e, portanto, os preços das ações." Carta n^0 41: "Os impactos das atividades da entidade que relata podem ter implicações financeiras para essa entidade, como emissões de GEE como resultado de um imposto de carbono. Os relatórios de sustentabilidade podem ajudar a informar esse aspecto do relatório financeiro.".

Fonte: Tutticci, Holmes e Dunstan (1994)

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

4.1 ESTATÍSTICAS DESCRITIVAS

A etapa de análise descritiva dos dados corresponde à descrição dos dados e apresentação dos principais resultados em relação ao posicionamento (concordância ou discordância), país, continente e tipo de argumento (conceitual ou econômico) preponderante na proposta de criação do órgão normatizado. A divisão dos resultados foi constituída através dos assuntos abordados nas questões 1,7 e 9 analisadas na pesquisa, sendo, respectivamente, a introdução da Fundação IFRS como normatizador de relatórios de sustentabilidade, abordagem com foco em divulgações financeiras relacionadas ao clima e conceito de materialidade a ser empregado pelo órgão.

Ao todo foram enviadas 577 *comments letters*, parte dos grupos de interesse não respondeu a questão ou não foi possível a visualização do comentário enviado e foram classificadas como "ausentes". A tabela 1 descreve as cartas ausentes por grupos de interesse em cada questão analisada.

Porém, parte das cartas enviadas pelo grupo indivíduos, 75 *comments letters*, foram apresentadas com um texto padrão onde os respondentes destacam os seguintes pontos de preocupação: A oposição à proposta do conselho em fornecer informações para participantes do mercado financeiro e não todos os *stakeholders*, a integração entre relatórios financeiros e de sustentabilidade não ter sido apresentada na proposta e a não discussão dos custos de divulgação obrigatória referentes à adequação das empresas a uma economia de carbono líquido zero, pois, para os respondentes, tais custos devem estar expressos em balanço patrimonial e na conta lucros e perdas.

Conforme a tabela 1 apresentada, indivíduos é o grupo com maior ausência de reposta com 60% de não respondentes nas questões 1 e 9, além de 57% na questão 7, porém a ausência de posicionamento em relação às questões apontadas advém de uma objeção a proposta, visto que o foco do projeto é na produção de informações para investidores e outros participantes do mercado.

Tabela 1: Cartas sem resposta por grupo e questão

Grupos de interesse	Q1	Freq	Q7	Freq	Q9	Freq
Profissionais Contábeis	2	1%	2	1%	6	3%
Entidades com foco em questões socioambientais	9	4%	10	5%	7	3%
Indivíduos	123	60%	123	57%	136	60%
Preparadores	23	11%	27	13%	24	11%
Normatizadores e Reguladores	23	11%	25	12%	26	12%
Usuários	12	6%	14	7%	13	6%
Outros	13	6%	14	7%	13	6%
Geral	205	100%	215	100%	225	100%

Fonte: Dados da pesquisa

4.1.1 Questão 1 – IFRS como padronizador

A primeira questão, abordada no documento de consulta, corresponde à introdução da Fundação IFRS como produtora de padrões para relatórios de sustentabilidade. Os curadores consideraram como ponto central uma modificação da estrutura da Fundação de forma a acomodar um órgão de definição de padrões, similar ao IASB, assim, a não concordância implica na discordância de criação do órgão, com isso haveria uma manutenção do status atual ou, ainda, a opção da Fundação ser um facilitador das iniciativas já existentes.

Os grupos que responderam ao assunto estão representados na tabela 2. No geral, 357 apresentaram sua opinião sobre o assunto. Em relação à participação de cada grupo, alguns pontos são consistentes com os achados de Jorissen *et al*. (2014) onde o grupo de preparadores figurou como o de maior participação, com 24%, contudo profissionais contábeis só corresponderam a 16% das respostas enviadas, diferentemente de Reuter e Messner (2015) e Do Carmo, Ribeiro e De Carvalho (2014), cujo resultado apresentado indica a profissão contábil como a segunda maior participação.

Tabela 2: Frequência por grupo de respondentes - questão 1

Grupos de interesse	Total	Frequência
Profissionais Contábeis	56	16%
Entidades com foco em questões socioambientais	34	10%
Indivíduos	64	18%
Preparadores	85	24%
Normatizadores e Reguladores	64	18%
Usuários	28	8%
Outros	26	7%
Geral	357	100%

Fonte: Dados da pesquisa

A característica da proposta de abordar questões sensíveis a outros grupos, diferentemente do que ocorre em propostas como a alteração de um conceito contábil, implica em um interesse maior de outros grupos, como indivíduos e entidades envolvidas em questões socioambientais. Como resultado, o grupo indivíduos e normatizadores/reguladores corresponderam a 18% dos envios. A importância da participação e aprovação de normatizadores e reguladores advêm do fator aplicação e reconhecimento da norma nas diversas jurisdições.

A menor participação de determinados grupos, por exemplo, o grupo Usuários, composto por investidores, fundos (de pensão ou investimento) e analistas financeiros é explicado por Jorissen et al. (2012) através da motivação para realizar o envio das cartas, nesse caso, ainda de acordo com Jorissen et al. (2012), propostas com abordagens associadas a quesitos de divulgação recebem um número maior de cartas. Embora, parte da proposta aborde pontos relacionados à divulgação, como divulgações de informações financeiras ligadas ao clima, não está expressa uma obrigação de divulgação. Assim, deve ser considerado o aspecto de não obrigatoriedade para relatórios de sustentabilidade.

O nível de concordância dos grupos a respeito da introdução de um novo órgão padronizador está representado na tabela 3. A expressiva concordância é observada através da frequência de 94% do total geral das *comments letters*. Dessa forma, os diversos grupos de interesse manifestaram uma aprovação.

Tabela 3: Frequência por grupo do posicionamento da questão 1

Grupos de interesse	Concordam	Frequência	Não concordam	Frequência	Total por grupo
Profissionais Contábeis	56	100%	0	0%	56
Entidades com foco em questões socioambientais	33	97%	1	3%	34
Indivíduos	55	86%	9	14%	64
Preparadores	78	92%	7	8%	85
Normatizadores e Reguladores	63	98%	1	2%	64
Usuários	26	93%	2	7%	28
Outros	25	96%	1	4%	26
Total Geral	336	94%	21	6%	357

Fonte: Dados da pesquisa

A menor frequência na concordância entre os grupos está no grupo de indivíduos. Alguns dos argumentos utilizados para discordância são: A ampla aplicação do modelo fornecido pelo GRI e outros padronizadores já bem consolidados, a desconsideração da temática ESG por muito tempo pela Fundação, além da existência da iniciativa para relatórios não financeiros já desenvolvidos pela União Europeia e por considerarem a Fundação IFRS como um órgão de influência perante os reguladores, de tal forma que a melhor atribuição seria a de trabalhar com iniciativas já existentes e atuar para incentivar a obrigatoriedade de padrões unificados.

Os argumentos discordantes podem ser refletidos nas cartas de número 24,198 e 228. A carta de número 24 enviada por um respondente pertencente ao grupo indivíduos da *Durham University Business School* localizada no Reino Unido declara que:

> Estou surpreso com essa pergunta, pois já temos padrões para relatórios de sustentabilidade - os Padrões GRI1, que são reconhecidos internacionalmente. A Fundação IFRS poderia usar seus relacionamentos e redes para ajudar a garantir a adoção dessas Normas em todo o mundo. Não vejo sentido em criar padrões adicionais de sustentabilidade, especialmente porque o caso para fazer isso não está claramente explicado no artigo. (...) (2020, p.1)

A carta de número 198 retorna ao argumento da existência de outras iniciativas. A *Sunway Berhad* empresa localizada na Malásia afirma:

> Já existem muitos padrões amplamente reconhecidos para relatórios de sustentabilidade (mais de 600). O que é necessário não é um conjunto adicional de padrões de RS internacionalmente reconhecidos, mas a harmonização desses padrões para atender ao objetivo de comparabilidade e consistência. (2020, p.1)

Por fim, a *Association Française de la Gestion financière* (AFG), carta n^0 228, classificada no grupo de usuários, discorda da proposta, pois a Fundação não possuiria experiência para abordar o assunto, também, para o respondente, os padrões atuais devem ser com base nos já desenvolvidos na Europa, assim:

> Mas o IFRS não é o melhor colocado para desempenhar esse papel porque por muito tempo a fundação ignorou os tópicos ESG, então tem uma experiência limitada em comparação com outras normas. Além disso, acreditamos que qualquer padrão global deve ser totalmente consistente com o padrão europeu que está sendo implementado.(...) (2020, p.1)

O surgimento do ISSB segue a estrutura similar à aplicada na introdução do IASB. Um órgão independente e privado formado por um conjunto de especialistas com a missão de desenvolver normas mundialmente aceitas. O IASB foi constituído em um momento onde existia uma fragmentação e havia uma incerteza sobre a sua adoção pelas jurisdições (CAMFFERMAN; ZEFF, 2018), podendo ser comparado com o momento atual de criação do ISSB.

Porém, conforme apontado por Reuter e Messner (2015) as normas IFRS não são adotadas de maneira obrigatória, contudo os benefícios de comparabilidade entre os países impulsionaram a sua adoção. O mesmo não ocorre com propostas como o surgimento de um órgão padronizador de relatórios de sustentabilidade, já que o tipo de divulgação, para muitas empresas, não é obrigatória. Assim, as forças atuantes também são diferentes, Camfferman e Zeff (2018) citam a existência de grupos tradicionalmente mais atuantes no IASB, como, usuários, preparadores e auditores.

A importância do tipo de argumento empregado reside na justificativa utilizada pelo lobista para buscar a aprovação da norma mais favorável aos seus interesses. Podendo utilizar como justificativas possíveis consequências econômicas, como um aumento do custo de divulgação, ou, ainda, aspectos conceituais, como a discrepância da norma proposta com

outros conceitos já estabelecidos. (TUTTICCI; DUNSTAN; HOLMES, 1994) Dessa forma, a tabela 4 corresponde aos tipos de argumentos utilizados por cada grupo.

Tabela 4: Frequência por grupo do argumento utilizado na questão 1

Grupos de interesse	Conceitual	Frequência	Econômico	Frequência	Total por grupo
Profissionais Contábeis	41	73%	15	27%	56
Entidades com foco em questões socioambientais	18	53%	16	47%	34
Indivíduos	55	86%	9	14%	64
Preparadores	62	73%	23	27%	85
Normatizadores e Reguladores	45	70%	19	30%	64
Usuários	19	68%	9	32%	28
Outros	14	54%	12	46%	26
Total Geral	254	71%	103	29%	357

Fonte: Dados da pesquisa

Os tipos de argumentos utilizados também diferem de grupo a grupo, embora 71% dos argumentos utilizados são do tipo conceitual, para entidades com foco em questões socioambientais os tipos argumentos diferiram, assim, 53% valeu-se de aspectos conceituais para apresentar seu posicionamento e 47% empregaram como justificativas questões econômicas.

Tal fato pode ser justificado pelos tipos de lobistas do grupo de entidades com foco em questões socioambientais. Por exemplo, organizações como *Eumedion*, carta n^0 87, com enfoque em questões de sustentabilidade e governança para investidores, em sua carta utilizou-se de fatores econômicos ao indicar aspectos, como diminuição de custos e criação de valor para a empresa relatora para defender a proposta, assim afirmou: "(...) Uma estrutura global e coerente para Relatórios de Sustentabilidade garantiria a comparabilidade, aumentaria a eficiência de custos e melhoraria a confiabilidade dos relatórios não financeiros. (...)" (2020, p. 4).

A Ipieca, associação mundial de petróleo e gás, constituída com o objetivo de integrar tópicos ambientais e sociais na fase de transição energética, carta n^0 370, além da organização sem fins lucrativos Ceres, fundada com o objetivo de integrar mercado de capitais e investidores a sustentabilidade, carta de n^0 256, também aplicaram como justificativa aspectos econômicos para apoiar a criação do ISSB. Tais respondentes veem de forma benéfica para a

sociedade, investidores e outros utilizadores de informações não financeiras a constituição do ISSB.

Para compreender a influência da região de origem na manifestação de concordância e discordância cada respondente foi classificado de acordo com o continente de origem. Além disso, a introdução do ISSB, constituído por um normatizador com experiência e reputação consolidada pode representar opiniões diferentes para as jurisdições, pois cada região possui uma iniciativa já em vigor.

Outros tipos de questões, geopolíticas e nacionais, estão englobados no interesse pela proposta. Ao abordar o tema utilização de recursos naturais pelos países, ou, ainda, utilização e operações em territórios internacionais adentram-se em aspectos onde ocorre a interação empresa, sociedade, estado e políticas internacionais. Podendo ocorrer perspectivas diferentes sobre quais informações relatar. (CAMFFERMAN, 2020)

A Europa possui um longo histórico de participação através de *comments letters* em revisões e projetos do IASB, conforme verificado por Hansen (2011) e Bamber e Mcmeeking (2016). Semelhantemente a esses estudos, conforme tabela 5, o continente europeu destacou-se como o de maior participação com 180 envios. No que se refere à posição sobre o proposto, todas as regiões concordaram expressivamente, visto que houve acima de 90% de concordância.

Tabela 5: Frequência por continente - questão 1

Continente	Concordam	Frequência	Não Concordam	Frequência	Total
África	25	100%	0	0%	25
América do Norte	66	96%	3	4%	69
América do Sul	25	96%	1	4%	26
Ásia	35	97%	1	3%	36
Europa	165	92%	15	8%	180
Oceania	20	95%	1	5%	21
Total Geral	336	94%	21	6%	357

Fonte: Dados da pesquisa

4.1.2 Questão 7 – Informações financeiras sobre riscos climáticos

A questão em debate solicitava a perspectiva dos respondentes sobre duas possíveis abordagens iniciais. A primeira em informações financeiras relacionadas às mudanças

climáticas. A segunda opção apresentada correspondia a uma abordagem abrangente tratando temáticas ESG, porém para os curadores existe uma demanda urgente por informações financeiras relacionadas ao clima e iniciar com tópicos ESG aumentaria a complexidade levando a uma lentidão no processo de criação de padrões.

A visão dos curadores reflete-se no documento "*IFRS Foundation Trustees' Feedback Statement on the Consultation Paper on Sustainability Reporting*", assim dentre as justificativas para essa priorização está: a existência de um entendimento mundial refletido em acordos internacionais sobre a necessidade de conter o aquecimento global e o risco para empresas, mercados de capitais e investidores deve ser apresentado nos relatórios, além de haver uma experiência maior na divulgação de informações financeiras sobre o clima. (IFRS FOUNDATION, 2020)

A influência para tal abordagem também surge da relação já existente do IASB com outra iniciativa, a Força-Tarefa sobre Divulgações Financeiras Relacionadas ao Clima (TCFD), cujo objetivo é o de auxiliar entidades a divulgar informações financeiras relacionadas às mudanças climáticas. O IASB é parte da iniciativa TCFD, com contribuição através de relatórios, auxiliando no desenvolvimento de recomendações de divulgação. Diante disso, os curadores consideraram uma possível contribuição da iniciativa existente com o ISSB.

Empresas de diversos setores seguem as recomendações apresentadas pela TCFD e, de acordo com Demaria e Rigot (2021), mesmo empresas inseridas em setores com maiores tendências em emitir mais poluente, como o setor de transporte e energia, busca seguir as orientações de divulgação emitidas pela TCFD, com o intuito de buscar uma maior legitimidade.

O nível de participação para comentários a abordagem 'clima primeiro' está apresentado na tabela 6. A frequência de participação de preparadores permanece como a mais representativa, seguida de indivíduos e normatizadores/reguladores. A ampla participação de preparadores é representada pela motivação para participar da consulta, o atual cenário de divulgação de emissões de carbono, riscos climáticos, riscos regulatórios, riscos tecnológicos e suas representações para a empresa e, além da necessidade de setores tradicionais em se adaptar a uma economia de transição. (KRUEGER; SAUTNER; STARKS, 2020)

Tabela 6: Frequência por grupo de respondentes - questão 7

Grupos de interesse	Total	Frequência

Profissionais Contábeis	56	16%
Entidades com foco em questões socioambientais	33	10%
Indivíduos	63	18%
Preparadores	81	24%
Normatizadores e Reguladores	61	18%
Usuários	25	8%
Outros	25	7%
Geral	344	100%

Fonte: Dados da pesquisa

Por outro lado, o grupo usuários, composto por investidores e outros participantes do mercado, configura-se como sendo uma das menores participações, com 8% dos envios, corroborando com os achados de Reuter e Messner (2015) ao atestar que o foco dado pelos normatizadores em atender investidores é questionado pela baixa participação dos mesmos em pedidos de consultas.

A pouca participação de determinados grupos é explicitada por Giner e Arce (2012) ao descrever uma baixa participação de acadêmicos em alterações as normas, para os autores, o grupo não dispõe de benefícios econômicos diretos como motivadores para o envio de cartas comentários de forma a influenciar na alteração de normas contábeis.

Contudo, as particularidades da norma para produção de relatórios de sustentabilidade motivam outros grupos a envolverem-se de maneira a influenciar na norma final, compatível com os resultados apresentados na tabela 7. O grupo de indivíduos (incluindo acadêmicos) figurou como o único grupo contrário a priorização de riscos climáticos.

Tabela 7: Frequência por grupo do posicionamento da questão 7

Grupos de interesse	Concordam	Frequência	Não concordam	Frequência	Total por grupo
Profissionais Contábeis	39	70%	17	30%	56
Entidades com foco em questões socioambientais	20	61%	13	39%	33
Indivíduos	28	44%	35	56%	63
Preparadores	53	65%	28	35%	81
Normatizadores e Reguladores	39	64%	22	36%	61
Usuários	14	56%	11	44%	25
Outros	17	68%	8	32%	25
Total Geral	210	61%	134	39%	344

Fonte: Dados da pesquisa

A decisão dos curadores em utilizar a abordagem de clima primeiro reflete-se nas justificativas para discordar apresentadas pelos respondentes. A carta de n^0 347 enviada por Xinwu He, categorizado no grupo indivíduos, exprime a principal razão para a discordância da proposta, dessa forma:

> (...) A perspectiva estreita reflete o foco nos interesses dos investidores apenas e levaria a divulgações muito parciais sobre os impactos das atividades das organizações nas mudanças climáticas. Isso seria um retrocesso em relação à prática de relatórios de sustentabilidade existente, provavelmente não ajudará a reduzir o nível de complexidade e a aumentar a consistência nos relatórios de sustentabilidade. (2020, p.2)

O enfoque dado para atender investidores e o mercado de capitais não atende outros usuários, além de ignorar aspectos ESG já tratados por outros padronizadores. O risco de não aceitação da norma ou permanência da fragmentação é apresentado por Sonia Perone, carta de n^0 147, ao discordar da proposta.

> (...) Isso resultaria em uma estrutura mais fragmentada de padrões disponíveis; de fato, se a Fundação IFRS apenas começar a desenvolver um conjunto global de padrões de relatórios relacionados ao clima internacionalmente reconhecidos, então as organizações devem continuar usando outros conjuntos de padrões para divulgar informações de sustentabilidade não relacionadas às questões climáticas. (...) (2020, p.4)

Por outro lado, 65% dos preparadores concordaram na proposição de iniciar com assuntos mais urgentes, por haver um entendimento que informações, como a quantidade de carbono emitido pelas organizações, podem vir a tornar-se um passivo para entidade relatora de forma que deve ser mensurado e divulgado. (STECHEMESSER; GUENTHER, 2012)

O risco eminente para as organizações reflete-se na aprovação do projeto e no discurso utilizado para justificar, de acordo com o apresentado pelo *The Banking Association South* Africa, carta n^0 200:

> (...) O risco climático é frequentemente considerado como a maior ameaça (de sustentabilidade) e, consequentemente, as estruturas e padrões climáticos se tornaram os mais desenvolvidos e populares na esfera da sustentabilidade. Além disso, devido ao volume de trabalho de risco climático que já foi feito, pode permitir que a Fundação IFRS avance rapidamente nesta área. (2020, p.3)

Profissionais contábeis configura-se como o grupo de maior concordância a questão 7. 70% dos respondentes foram favoráveis à proposta. A fragmentação dos padrões dificulta a aplicação e comparabilidade dos relatórios (MANZI; DE VASCONSELOS; PIMENTEL, 2016) representando um desafio para a contabilidade, cujo papel é o de reportar informações financeiras e não financeiras de forma a atender os usuários das demonstrações (ÇALIŞKAN, 2014). Assim, para a profissão a concordância à proposta é importante para o desenvolvimento de relatórios com maior utilidade para os *stakeholders*.

Em conformidade com o apresentado, a carta enviada pela firma contábil *Ernst & Young*, carta n^0 195, destaca como prioridade o reporte de riscos relacionados ao clima por ser foco de países e reguladores, para o respondente, afastar o foco da temática diminuíra a possibilidade de uma convergência, logo:

> (...) No entanto, geralmente acreditamos que a priorização de projetos dentro da área de sustentabilidade deve estar alinhada com as prioridades das partes interessadas, incluindo reguladores e autoridades de supervisão. Enquanto o foco for o mesmo, as chances de os padrões globais de sustentabilidade se tornarem relevantes e aceitos aumentam na mesma proporção. Observamos que, em muitas jurisdições, os riscos relacionados ao clima são atualmente a principal prioridade dos reguladores e autoridades de supervisão. Portanto, concordamos que o foco inicial do SSB poderia ser o desenvolvimento de divulgações financeiras relacionadas ao clima. (2020, p.9)

A tabela 8 descreve os principais tipos de argumentos utilizados para o acolhimento da proposição realizada pelo lobista. 72% empregaram argumentos conceituais e 28% argumentos econômicos. O argumento conceitual pode ser aplicado através de citações de conceitos já difundidos, conceitos oriundos de outras iniciativas, ou, ainda, através da citação a artigos científicos. (TUTTICCI; DUNSTAN; HOLMES, 1994)

Tabela 8: Frequência por grupo do argumento utilizado na questão 7

Grupos de interesse	Conceitual	Frequência	Econômico	Frequência	Total por grupo
Profissionais Contábeis	42	75%	14	25%	56
Entidades com foco em questões socioambientais	20	61%	13	39%	33
Indivíduos	43	68%	20	32%	63
Preparadores	67	83%	14	17%	81
Normatizadores e Reguladores	43	70%	18	30%	61
Usuários	13	52%	12	48%	25

Outros	21	84%	4	16%	25
Total Geral	249	72%	95	28%	357

Fonte: Dados da pesquisa

As cartas utilizaram o argumento conceitual para expressar um alinhamento ou desalinhamento com outras propostas já existentes, não abordagem de aspectos ESG e o impacto das informações financeiras combinadas com aspectos ambientais para usuários.

Ao apresentar a sua concordância a proposta à carta de n^0 11, enviada por um respondente do grupo indivíduos, destacou o conceito da informação financeira útil apresentada na Estrutura Conceitual das IFRS e a importância de atender ao usuário da informação financeira. A mesma fonte conceitual foi aplicada na carta n^0 98 ao afirmar que: "(...) Dada à ênfase colocada na tomada de decisões de curto prazo dentro da Estrutura Conceitual 2018, instamos a Fundação IFRS a garantir que a lente adotada vá além de uma avaliação dos riscos financeiros de uma crise climática. (...)" (2020, p.3).

Preparadores empregaram mais argumentos conceituais 83%, que econômicos, com 17%. A justificativa para essa diferença na frequência dos tipos de argumentos é explicada por Tutticci, Dunstan e Holmes (1994) e Giner e Arce (2012) ao justificar a utilização de argumentos conceituais como mecanismo para influenciar através de argumentos racionais sem demonstrar unicamente defesa aos interesses próprios.

Ademais, profissionais contábeis tendem a utilizar aspectos conceituais para reforçar a abordagem profissional e técnica (GINER; ARCE, 2012). Os resultados apresentados atestam essa visão ao ser utilizado como justificava para 75% dos profissionais contábeis.

Os argumentos de caráter econômico são expressos na carta de n^0 208 ao afirmar que a Fundação IFRS deve ter como objetivo abarcar toda a temática ESG de importância para a criação de valor de forma a atender acionistas. Diante disso, outro respondente, carta n^0 151, relatou um possível aumento de custo para a entidade relatora ao adotar uma abordagem apenas direcionada ao relato do impacto das mudanças climáticas em aspectos financeiros, a temática é expressa de acordo com a carta n^0 151.

> Devido às interdependências dos tópicos de sustentabilidade, uma norma com foco apenas em divulgações financeiras relacionadas ao clima pode prejudicar outras metas de sustentabilidade. Isso pode não apenas levar a decisões de negócios erradas; poderia também conduzir a uma revisão antecipada das normas, o que representaria encargos adicionais para as empresas.

Por outro lado, os mercados de capitais e investidores requerem cada vez mais informações financeiras relacionadas ao clima, porém empresas que divulgam tais informações, como emissões de carbono, são “penalizadas” pelo mercado através da diminuição do valor de mercado da empresa ao relatar. (MATSUMURA; PRAKASH; VERA-MUNOZ, 2014).

A análise por região, continente, descrita na tabela 9, apresentou um resultado de aceitação por todas as regiões. África e América do Sul foram contrárias à proposta, dentre os motivos está a não abordagem dos três principais pilares dos relatórios de sustentabilidade "*environmental, social and governance*" e, de acordo com os respondentes, iniciar sem considerar fatores já estabelecidos através de outros normatizadores prejudicaria a estrutura conceitual inicial da norma. Além disso, a região de origem produz impacto na divulgação de informações ESG. Organizações oriundas de países com maiores incertezas sociais, políticas e econômicas, geralmente, divulgam menos informações ambientais e sociais (OLIVEIRA LIMA et al, 2019).

Os padrões IFRS, de acordo com Samaha e Hichem (2016), são influenciados por países que compõem as maiores economias mundiais, assim economias em desenvolvimento ao adotarem normas IFRS estão sujeitas a uma forte representação de países com maior força econômica. Justificando a presença maior de continentes com países mais ricos, como a Europa, 173 respondentes, e América do Norte, 65 respondentes, figurando como as regiões com maior número de envios.

Tabela 9: Frequência por continente - questão 7

Continente	Concordam	Frequência	Não Concordam	Frequência	Total
África	10	38%	16	62%	26
América do Norte	34	52%	31	48%	65
América do Sul	9	36%	16	64%	25
Ásia	23	66%	12	34%	35
Europa	118	68%	55	32%	173
Oceania	16	80%	4	20%	20
Total Geral	210	61%	134	39%	344

Fonte: Dados da pesquisa

4.1.3 Questão 9 – Conceito de Materialidade

O conselho propôs a introdução do conceito de materialidade simples (financeira) como abordagem inicial. A utilização de tal conceito implica na criação de normas de divulgação para atender a 'investidores e outros participantes dos mercados de capitais', dessa forma outros tipos de usuários, como a sociedade em geral, não seriam o ponto central da norma. Por essa perspectiva, a informação relevante considera o impacto das mudanças climáticas na entidade que relata, diferentemente do conceito de dupla materialidade, cujo objetivo é o de produzir normas úteis para a divulgação do impacto da organização na sociedade e no meio ambiente.

Em vista disso, a Fundação IFRS sugeriu a adoção do conceito de materialidade simples, conceito convergente com a missão da Fundação em "fornecer informações robustas, confiáveis e transparentes como entrada para as decisões dos principais usuários das demonstrações financeiras de propósito geral" (IFRS FOUNDATION, 2020). Seguindo também o público alvo definido na IFRS *Foundation Constitution*, "investidores e outros participantes dos mercados de capitais mundiais" (IFRS FOUNDATION, 2021).

No documento de consulta, a Fundação afirma existir a intenção de constituir uma estrutura conceitual para o ISSB, assim, o conceito de materialidade adotado influenciará na futura estrutura, pois a materialidade é um dos conceitos a ser incorporado, além de estar atrelada ao fornecimento de informações úteis para usuários externos a entidade.

Para definir qual abordagem utilizar, solicitou-se a opinião dos respondentes através da questão 9. Os grupos de interesse que enviaram opiniões para a definição do conceito estão descritos na tabela 10. Os dados demonstram que o grupo com maior participação foi o de preparadores correspondente a: empresas, associações de empresas, indústria e outras entidades relatoras. Estudos como os de Mellado e Parte (2016), Sutton (1984) e Do Carmo, Ribeiro e De Carvalho (2014) obtiveram resultados similares corroborando com os achados. Contudo, outros grupos seguem em menor participação, como é o caso de usuários e outros respondentes.

Tabela 10: Frequência por grupo de respondentes - questão 9

Grupos de interesse	Total	Frequência
Profissionais Contábeis	52	15%
Entidades com foco em questões socioambientais	36	10%
Indivíduos	56	16%
Preparadores	84	24%
Normatizadores e Reguladores	63	18%

Usuários	27	8%
Outros	26	8%
Geral	344	100%

Fonte: Dados da pesquisa

A utilização do conceito de materialidade simples não foi aceito de forma unânime para os grupos. Dois grupos, entidades com foco em questões socioambientais e indivíduos, discordaram da proposta. A recusa é justificada através da ocorrência de uma possível fragmentação ocasionada pela criação de mais uma inciativa, adoção do conceito de materialidade contrário a outras iniciativas existentes e o tipo de usuário a ser atendido.

Tabela 11: Frequência por grupo do posicionamento da questão 9

Grupos de interesse	Concordam	Frequência	Não concordam	Frequência	Total por grupo
Profissionais Contábeis	39	75%	13	25%	52
Entidades com foco em questões socioambientais	14	39%	22	61%	36
Indivíduos	20	36%	36	64%	56
Preparadores	47	56%	37	44%	84
Normatizadores e Reguladores	37	59%	26	41%	63
Usuários	19	70%	8	30%	27
Outros	13	50%	13	50%	26
Total Geral	189	55%	155	45%	344

Fonte: Dados da pesquisa

A discordância ao conceito proposto está refletida nos comentários realizados. Para a *Positive Impact Commerce*, carta n^0 476, o enfoque dado ao conceito de materialidade irá contra a perspectiva mais ampla de materialidade, já solicitada pelas organizações, assim a entidade é contrária à utilização da materialidade simples:

> (...) O mercado, portanto, já se moveu para simplificar e codificar os padrões de "dupla materialidade" em serviços comerciais que buscam gerenciar e garantir o impacto. Isso sugere que um único foco para o SSB se concentrar em questões pertinentes apenas à comunidade de investidores não está de acordo com a direção que os líderes empresariais estão tomando suas organizações, que é tomar decisões mais impactantes em uma ampla gama de questões de valor ambiental e social. (...) (2020, p.5)

As cartas n^0 403, 484 e 490, grupo indivíduos, descrevem a opinião do grupo contrária, ao relatar um descontentamento da utilização de investidores e credores como usuários principais. Diversos outros respondentes também declararam oposição à abordagem de materialidade simples por não atender a todos *stakeholders*. Entretanto, profissionais contábeis, incluindo associações profissionais, foi maioria em concordar com a proposta, porém representa um achado diferente da literatura, visto que Reuter e Messner (2015) enfatizam a representação do grupo como contrária em proposta de normas designadas para atender a investidores.

Apesar de existir uma discordância, a maioria dos respondentes concordou com a proposta, assim, com 55% de votos favoráveis, a proposta de concentrar os esforços iniciais em investidores e participantes do mercado foi aceita, porém, cabe destacar a existência de uma margem pequena de diferença, 45% foram contra representando quase metade de discordantes.

No que se refere aos argumentos, mantiveram-se como conceituais com pouca utilização de argumentos com implicância econômica, normatizadores e reguladores, 33%, acreditam haver consequências econômicas na aceitação ou reprovação da norma, condizentes com Giner e Acer (2012) ao relatar o emprego de argumentos conceituais por reguladores, assim como profissionais contábeis.

Tabela 12: Frequência por grupo do argumento utilizado na questão 9

Grupos de interesse	Conceitual	Frequência	Econômico	Frequência	Total por grupo
Profissionais Contábeis	39	75%	13	25%	52
Entidades com foco em questões socioambientais	23	64%	13	36%	36
Indivíduos	46	82%	10	18%	56
Preparadores	62	74%	22	26%	84
Normatizadores e Reguladores	42	67%	21	33%	63
Usuários	20	74%	7	26%	27
Outros	21	81%	5	19%	26
Total Geral	253	74%	91	26%	344

Fonte: Dados da pesquisa

Para respondentes que utilizaram argumentos econômicos, questões ambientais, sociais e de governança podem impactar negativamente no desempenho financeiro da organização, diminuindo, então, o valor da empresa. A carta n^0 69, expressa tal opinião:

> (...) Existem elementos de sustentabilidade que ainda não são financeiramente relevantes para os negócios, mas que podem ter um impacto financeiro na empresa no futuro. Por isso, um enquadramento mais auxiliar pode ser importante imediatamente ou no futuro próximo e afetam o desempenho corporativo versus aqueles que têm o potencial sobre tempo para corroer o valor. (2020, p.5)

Normatizadores e Reguladores ao utilizarem argumentos econômicos ressaltaram a relevância das informações para investidores. Para o *The New Zealand Treasury*, carta n^0 172 é relatada haver um impacto da organização no capital natural e social, tais efeitos são materiais e tornam-se relevantes para investidores, assim:

> (...) Consideramos que as informações de resiliência são relevantes para os investidores. Isso envolve necessariamente informações sobre os efeitos dos riscos e tendências relevantes (por exemplo, mudanças climáticas) na entidade que relata, no entanto, também envolve informações sobre a resiliência da entidade que relata aos impactos prejudiciais que seu modelo de negócios terá sobre os capitais, incluindo, mas não limitado ao capital natural e ao capital social, dos quais depende. (...) (2020, p.10)

O Banco de *España*, Banco Central da Espanha, autor da carta de n^0 216 e inserido no grupo de Normatizadores e Reguladores também considerou a materialidade dupla como um conceito relevante para investidores, além de destacar um possível efeito do relato de informações ESG na obtenção de crédito das organizações. Dessa forma, a carta n^{0}216 também empregou argumentos econômicos para justificar a utilização do conceito.

> Em nossa opinião, os relatórios de sustentabilidade devem considerar a abordagem da dupla materialidade. O impacto de uma empresa ou grupo no meio ambiente é cada vez mais importante para os investidores e pode ser uma potencial vantagem ou desvantagem competitiva. Isso pode ter um impacto futuro na qualidade de crédito da empresa. (...) (2020, p.4)

Os argumentos conceituais empregados para emitir opinião sobre a utilização do conceito de materialidade são expressos através da consideração da materialidade como um princípio já incorporado e aceito, sendo, portanto de suma importância a sua aplicação em relatórios de sustentabilidade. A AFEP (Associação Francesa de Empresas Privadas) incluída

no grupo de preparadores, por representar o interesse de empresas, emitiu opinião através do envio da carta n^0 122 e utilizou o argumento conceitual indicando a materialidade como um princípio, conforme o apresentado:

> O princípio da materialidade é fundamental na sustentabilidade, pois destaca a diferenciação dos impactos e a capacidade de atuação nas diversas questões, considerando as especificidades das empresas. O princípio da materialidade no contexto das informações relacionadas à sustentabilidade precisa ser esclarecido, levando em consideração a consistência com a materialidade financeira. (...) (2020, p.5)

A *Accounting Standard Board* (ASB), Conselho de Normas Contábeis da África do Sul, relatou haver a necessidade de constituição de uma estrutura conceitual desenvolvida pelo ISSB, incluindo outras características qualitativas já inseridas na estrutura conceitual básica para relatórios financeiros, desenvolvida pelo IASB, de acordo com a carta n^0 20 da ASB:

> Acreditamos que, se um SSB for estabelecido, o relatório deve se concentrar tanto no impacto do clima etc. em entidades individuais, quanto no impacto das entidades no meio ambiente e na sociedade. Uma estrutura conceitual deve ser desenvolvida descrevendo os objetivos do relatório ESG, o escopo e os usuários pretendidos. As características das informações (por exemplo, relevância, verificabilidade, comparabilidade, compreensibilidade, materialidade etc.) (...) (2020, p.4).

A estatística descritiva referente à categorização por continente está apresenta na tabela 13. Alguns pontos devem ser considerados, a Europa, cuja legislação é formulada pela Comissão Europeia e, assim, através de diretrizes referentes à divulgação de informações sociais, ambientais e relacionadas ao clima, empresas com mais de 500 funcionários são obrigadas a seguir o *Non-Financial Reporting Directive* (NFRD), normas de relato não financeiro. É o continente com maior número de cartas, 172.

A concentração maior de cartas no continente europeu é explicada por três vias. A primeira delas refere-se à obrigação de divulgação de grandes empresas, a segunda em relação ao debate estar mais avançado sobre a temática na Europa e, conforme apontado por Jorissenet *et al* (2014), o Reino Unido vem aumentando sua participação após a substituição do IASC pelo IASB.

Tabela 13: Frequência por continente - questão 9

Continente	Concordam	Frequência	Não Concordam	Frequência	Total

África	14	67%	7	33%	21
América do Norte	43	62%	26	38%	69
América do Sul	13	54%	11	46%	24
Ásia	28	76%	9	24%	37
Europa	83	48%	89	52%	172
Oceania	8	38%	13	62%	21
Total Geral	189	55%	155	45%	344

Fonte: Dados da pesquisa

48% dos respondentes concordaram com a sugestão do conselho e 52% discordaram, dentre as justificativas para rejeitar a proposta está o não alinhamento com a União Europeia e o NFRD que adotam o conceito de dupla materialidade e, também, com o *Global Reporting Initiative* (GRI). A maior porcentagem de concordância entre os continentes é na Ásia, com 76%, seguido pela África e América do Norte, com, respectivamente, 67% e 62%.

4.2 ANÁLISES QUANTITATIVAS

4.2.1 Regressão logística – Questão 1

Para verificar o grau da multicolinearidade e, consequentemente, correlação entre as variáveis que possam impactar na variância do modelo. Conforme descrito por Gujarati e Porter (2011), a muticolinearidade ocorre principalmente em estudos referentes a ciências sociais e ao se empregar um grande conjunto de dados. Então, a tolerância e fator de influência da variância são utilizados como mecanismos para medir a colinearidade.

Uma variável deve corresponder a um valor FIV < 10 e Tolerância > 0,1 para que não ocorra a multicolinearidade. Conforme apresentado na tabela 13 todas as variáveis cumprem a esse pré-requisito

Tabela 14: Tolerância e Fator de Inflação da Variância (FIV)

VARIÁVEIS	TOLERÂNCIA	FIV
ARGUMENTOS	0,943	1,060
REPRESENTAÇÃO	0,930	1,075
MERCADO DE CAPITAIS	0,839	1,192
PROFISSIONAIS	0,678	1,474

NORMATIZADORES E REGULADORES	0,671	1,491
INDIVÍDUOS	0,667	1,499
ENTIDADES SOCIOAMBIENTAIS	0,781	1,281
USUÁRIOS	0,813	1,230
OUTROS	0,817	1,223

Fonte: Dados da pesquisa

O pseudo R^2, correspondente ao R quadrado *Cox & Snell*, utilizada para avaliar o ajuste do modelo, mesma função apresentada pelo R quadrado *Nagelkerke*, deve variar entre 0,0 a 1,0 indicando se existe o ajuste adequado do modelo, atrelado ao pseudo R^2 encontra-se a Verossimilhança de log -2. Um R 1,0 e uma Verossimilhança de log -2 diminuindo indica um bom modelo. (HAIR, 2009)

Conforme a tabela 14, o modelo ajustado é adequado para a aplicação da regressão. Os pseudos R^2 apresentaram valor 0 devido o modelo ajustado final não possuir nenhum coeficiente estatisticamente significante.

Tabela 15: Teste de adequação do modelo

Modelo Completo			**Modelo Ajustado**		
Verossimilhança de log -2	R quadrado *Cox & Snell*	R quadrado *Nagelkerke*	Verossimilhança de log -2	R quadrado *Cox & Snell*	R quadrado *Nagelkerke*
154,677	0,014	0,038	159,613	0,000	0,000

Fonte: Dados da pesquisa

O teste de *Hosmer e Lemeshow* é similar ao teste qui-quadrado, para o teste é considerado a não rejeição da hipótese para atestar se existem diferenças significativas entre os valores previstos e os observados, assim o qui-quadrado deve ser não significante para indicar se existe ajuste do modelo. Então, o teste considera a aplicação de hipóteses para testar o ajuste do modelo, assim, caso a hipótese nula: significância p=0,05 seja rejeitada o modelo não está ajustado, porém caso não seja rejeitada e valor-p $\geq$ 0,05 o modelo é aceito. (HAIR, 2009) O resultado final do modelo completo, tabela 15, aponta uma significância de 0,8560 e X^2 de 4,013. Logo, para o conjunto de dados o modelo completo empregado está ajustado e deve ser aceito.

Tabela 16: Teste de *Hosmer e Lemeshow*

Modelo Completo			**Modelo Ajustado**		
Qui-quadrado	df	Sig.	Qui-quadrado	df	Sig.
4,013	8	0,856	0,000	0	-

Fonte: Dados da pesquisa

O modelo aplicado na pesquisa foi estimado através do método *Backward* (Razão de Verossimilhança) onde as variáveis independentes são adicionadas ou retiradas em várias etapas. A adição ou remoção das variáveis nas etapas é com base na função discriminante definida por Hair (2009), assim, as variáveis que permanecem em cada etapa são as consideradas mais significativas.

Ao utilizar o método *Backward Stepwise* (Razão de Verossimilhança) a primeira etapa inicia-se com o modelo completo, ou seja, considerando todas as variáveis independentes existentes. Nas próximas etapas são adicionadas ou retiradas variáveis não significantes até a última etapa onde é fornecido o modelo de regressão ajustado.

O resultado do modelo de regressão logística, referente à questão 1, com o objetivo de investigar a influência de determinadas características, grupos e argumentos na decisão da Fundação IFRS em constituir o ISSB está expresso na tabela 16. Tanto para o modelo completo, quanto para o modelo ajustado considerou-se um nível de significância de 5%, logo a variável será estatisticamente significante a um valor-p < 0,05.

Tabela 17: Regressão logística sobre a introdução do ISSB – Questão 1

MODELO COMPLETO						
Todas as variáveis incluídas	B	Erro padrão	Wald	df	Valor de p	Exp(B) Razão de chances
ARGUMENTOS	-0,624	0,592	1,112	1	0,292	0,536
REPRESENTAÇÃO	0,099	0,226	0,194	1	0,660	1,105
MERCADOCAPITAIS	-0,323	0,371	0,758	1	0,384	0,724
PREPARADORES	0,851	0,779	1,193	1	0,275	2,341
PROFISSIONAIS	0,848	0,872	0,945	1	0,331	2,335
NORMATREGULA	1,383	0,963	2,064	1	0,151	3,986
INDIVÍDUOS	0,507	0,797	0,405	1	0,525	1,661
ENTIDADESSOCIOAMBI	0,803	0,960	0,700	1	0,403	2,233
USUARIOS	1,346	1,199	1,260	1	0,262	3,842
Constante	4,448	2,585	2,961	1	0,085	85,476
MODELO AJUSTADO						
Variáveis presentes	B	Erro padrão	Wald	df	Valor de p	Exp(B) Razão de chances

Constante	2,770	0,225	151,583	1	0,000	15,952

Fonte: Dados da pesquisa

O modelo completo, com todas as variáveis independentes adicionadas na regressão, está expresso na tabela 16 com o resultado na regressão. O coeficiente B e o seu efeito, positivo ou negativo, está atrelado à razão de chances (probabilidade de ocorrência de determinado evento). Um B negativo implica em uma menor influência da característica do respondente na aprovação normal final. As variáveis Argumentos e Mercado de Capitais apresentaram coeficientes negativos, no modelo completo, assim, diminuindo a probabilidade do tipo de argumento e mercado de capitais forte configurarem como fatores para a aprovação da constituição do ISSB.

O Teste de *Wald*, similar ao teste F ou teste t, fornecido pelo resultado *Wald* é empregado para avaliar a existência de coeficientes (B) significativamente diferentes de zero. (HAIR, 2009) Para realização do teste é considerado como H_0: o coeficiente B ser igual a 0 e H_1: B $\neq$0. Assim, para a avaliação do teste *Wald* é considerado o valor-p (Sig.). Um valor-p > 0,05 não se rejeita a hipótese nula e o coeficiente B é igual a 0, sendo valor-p < 0,05 a medida para o coeficiente B será estatisticamente diferente de zero.

Conforme os resultados, nenhuma variável foi estatisticamente significante (valor-p < 0,05), ou seja, os coeficientes não foram significantes para o modelo, dessa forma através das variáveis não foi possível prever uma possível influência na constituição do normatizador. A inexistência de coeficientes significantes é identificada no modelo ajustado onde não há coeficientes representados.

Os coeficientes não significantes podem ser justificados através do nível de concordância. A estatística descritiva resultou em 94% de concordância na criação do ISSB, com 100% dos respondentes do grupo profissionais contábeis a favor. A frequência considerável da concordância indica não haver grupos ou características específicas influenciadoras.

O alinhamento entre *stakeholders* e Fundação IFRS demonstra a demanda por um normatizador que viabilize informações mais consistentes e comparáveis, visto que tais padrões de desenvolvimento dos relatórios de sustentabilidade não são unificados dificultando a comparabilidade, além disso, a complexidade dos padrões estabelecidos também leva a uma dificuldade e maior custo. (MANZI; DE VASCONSELOS; PIMENTEL, 2016) Assim, para organizações e outros usuários externos existe uma expectativa do ISSB promover padrões para relatórios mais harmônicos.

4.2.2 Regressão logística – Questão 7

Adentrando na avaliação dos indicadores da existência de multicolinearidade, Tolerância e Fator de Inflação da Variância, são relacionados entre si e utilizados para avaliar variáveis que possam prejudicar a avaliação do modelo por existir uma colinearidade alta. (GUJARATI E PORTER, 2011) Ainda de acordo com Fávero e Belfiore (2017) o ponto central de observância em uma regressão logística deve ser a verificação da existência de multicolinearidade.

Assim, a tabela 17 apresenta os resultados do diagnóstico de multicolinearidade. Conforme os valores de referência para a medição, as variáveis possuem valores dentro do proposto, FIV < 10 e Tolerância > 0,1, ou seja, é possível inferir uma ausência de multicolinearidade para as variáveis.

Tabela 18: Tolerância e Fator de Inflação da Variância (FIV)

VARIÁVEIS	TOLERÂNCIA	FIV
ARGUMENTOS	0,948	1,055
REPRESENTACAO	0,552	1,812
MERCADOCAPITAIS	0,537	1,862
PROFISSIONAIS	0,679	1,473
NORMATREGULA	0,658	1,519
INDIVIDUOS	0,665	1,504
ENTIDADESSOCIOAMBI	0,769	1,301
USUARIOS	0,804	1,244
OUTROS	0,829	1,207

Fonte: Dados da pesquisa

As medidas pseudo R^2 são utilizadas devido ao fato da regressão logística não haver uma suposição de normalidade e, assim, não ser possível a utilização do coeficiente de determinação R^2. Então, o R quadrado de *Cox & Snell* e o R quadrado de *Nagelkerke* são empregados como elementos de identificação da qualidade de ajuste. (HAIR, 2009; FÁVERO E BELFIORE, 2017) Assim como os pseudo R^2, a Verossimilhança de log -2 é empregada com o mesmo objetivo.

Logo, a tabela 18 apresentada descreve um R quadrado de *Cox & Snell* = 0,046 (modelo completo) e 0,040 (modelo ajustado), estando entre 0 e 1. O R quadrado de *Nagelkerke* = 0,063 (modelo completo) e 0,054 (modelo ajustado) também apresenta valores incluídos na referência de qualidade do ajuste. Por fim, a Verossimilhança de log -2 = 442,291 atesta o ajuste do modelo e sua adequação ao conjunto de dados proposto para análise.

Tabela 19: Teste de adequação do modelo

Modelo Completo			**Modelo Ajustado**		
Verossimilhança de log -2	R quadrado *Cox & Snell*	R quadrado *Nagelkerke*	Verossimilhança de log -2	R quadrado *Cox & Snell*	R quadrado *Nagelkerke*
439,988	0,046	0,063	442,291	0,040	0,054

Fonte: Dados da pesquisa

O Teste de *Hosmer e Lemeshow*, teste de X^2, foi utilizado para investigar se existe diferença nos valores previstos pelo modelo e os valores reais. Através da tabela 19 é observada uma significância de 0,211 e 0,754 para o modelo completo e para o modelo ajustado, com a significância maior que a referência valor-p $\geq$ 0,05, então se conclui um modelo ajustado e capaz de prever os fatores de influência da variável dependente.

Tabela 20: Teste de Hosmer e Lemeshow

Modelo Completo			**Modelo Ajustado**		
Qui-quadrado	df	Sig.	Qui-quadrado	df	Sig.
10,381	8	0,211	1,196	3	0,754

Fonte: Dados da pesquisa

A análise da regressão, apresentada pela tabela 20, fornece indícios de quais grupos e características dos respondentes sugestionou a aprovação apresentada no documento de alteração da IFRS *Foundation Constitution*, emitido em novembro de 2021, para acomodar "divulgações relacionadas ao clima e/ou requisitos gerais para divulgação de informações financeiras relacionadas à sustentabilidade" (IFRS FOUNDATION, 2021).

O modelo completo, estimado através do método *Backward*, iniciando com todas as variáveis incluídas no modelo, apresentou coeficientes (B) negativos para parte das variáveis, entretanto para as variáveis Profissionais Contábeis e Argumentos os coeficientes foram positivos indicando uma possível influência na Razão de chances (Exp (B))

Tabela 21: Regressão logística informações financeiras relacionadas ao clima – Questão 7

MODELO COMPLETO						
Todas as variáveis incluídas	B	Erro padrão	Wald	df	Valor de p	Exp(B) Razão de chances
ARGUMENOS	0,223	0,258	0,749	1	0,387	1,250
REPRESENTAÇÃO	-0,234	0,137	2,943	1	0,086	0,791
MERCADOCAPITAIS	0,069	0,199	0,118	1	0,731	1,071
PREPARADORES	-0,038	0,496	0,006	1	0,939	0,963
PROFISSIONAIS	0,157	0,533	0,086	1	0,769	1,170
NORMATREGULA	-0,141	0,519	0,074	1	0,785	0,868
INDIVÍDUOS	-0,918	0,510	3,235	1	0,072	0,399
ENTIDADESSOCIOAMBI	-0,126	0,571	0,049	1	0,825	0,881
USUARIOS	-0,354	0,608	0,339	1	0,560	0,702
Constante	0,339	1,301	0,068	1	0,794	1,404
MODELO AJUSTADO						
Variáveis presentes	B	Erro padrão	Wald	df	Valor de p	Exp(B) Razão de chances
REPRESENTAÇÃO	-0,227	0,101	5,070	1	0,024	0,797
INDIVÍDUOS	-0,882	0,286	9,507	1	0,002	0,414
Constante	0,878	0,176	24,862	1	0,000	2,407

Fonte: Dados da pesquisa

A significância (valor-p) atrelada ao teste estatístico *Wald*, no modelo ajustado, foi estatisticamente significante para as variáveis Representação e Indivíduos com valor - $p < 0,05$. Com isso, considerando todas as variáveis inseridas no modelo e o modelo final, as variáveis têm relação com a probabilidade estimada através da razão de chances. Porém, o teste *Wald* pode falhar e excluir coeficientes significantes.

Assim, para o estudo é fundamental a análise da Razão de Chances de maneira a avaliar a chance de um evento ocorrer, no caso, a chance de ter opinião equivalente à aceita pelo normatizador. Uma Razão de Chances menor que 1 implica em uma menor chance de haver um alinhamento com a Fundação IFRS, então para respondentes oriundos de países com um maior número de curadores votantes a probabilidade de acolhimento da opinião foi menor. O mesmo ocorreu para cartas classificadas no grupo Indivíduos.

A chance de ter a opinião acolhida, considerando o modelo ajustado, foi 0,79 menor para cartas comentários proveniente de países com representantes na Fundação IFRS. Hansen (2011) também não encontrou relação entre o êxito no *lobby* e o número de membros votantes no conselho.

A análise do modelo ajustado fornece a adição da variável Indivíduos no modelo, contudo o coeficiente negativo e a baixa razão de chances demonstram uma menor probabilidade do ponto de vista expresso por Indivíduos agir como um modificador da norma apresentada. Tal achado é consistente com a discordância do grupo a proposta, ademais o grupo foi o único contrário a uma abordagem inicial de normas para a apresentação de informações financeiras relacionadas ao clima. Além disso, de acordo com Tutticci, Dunstan e Holmes (1994), indivíduos possuem menos chances de ter êxito no lobby quando comparados com envios em grupos.

Logo, o modelo ajustado gerou uma maior significância estatística para os coeficientes, assim os coeficientes das variáveis Indivíduos e Representação foram significativos para o modelo. Com coeficientes significativos para o modelo é possível inferir a existência de menor probabilidade de ocorrência do evento aceitação do comentário para o caso do respondente advir de um país com um maior número de representantes no conselho e de um respondente do grupo Indivíduos ter sua opinião acolhida.

A não significância da variável Mercado de Capitais é contrária à proposição de Hansen (2011) cujos achados indicam um êxito para lobistas oriundos de países com um forte mercado de capitais, contudo Do Carmo, Ribeiro e De Carvalho (2014), Do Carmo *et al*. (2012) obtiveram resultado similar com a variável mercado de capitais corroborando com o estudo e confirmando a não significância.

A importância da variável para o estudo está no foco das normas IFRS em investidores e outros participantes do mercado, dessa forma a análise do ambiente econômico do respondente são relevantes para investigar a sua influência. (DO CARMO et al, 2012) Embora existam diferenças, entre as propostas analisadas em outros estudos, já que são examinadas propostas de modificação de padrões para relatórios financeiros, a questão 7 trata de informações financeiras, ponto de importância para investidores e outros participantes do mercado. Além disso, Krueger, Sautner e Starks (2020) destacam que investidores já consideram o risco climático como um possível efeito de impacto financeiro.

4.2.3 Regressão logística – Questão 9

A avaliação da multicolinearidade, para as variáveis referentes ao conjunto de dados da questão 9, é descrito na tabela 21. É necessária a avaliação, pois de acordo com Hair (2009) a multicolinearidade afeta a capacidade de avaliar o efeito das variáveis introduzidas no modelo, portanto não é útil uma alta correlação entre as variáveis.

Os valores de Tolerância e Fator de influência, medidas empregadas para a análise da existência de multicolinearidade, apresentaram, entre as variáveis, valores condizentes com os valores de referência de FIV<10 e Tolerância >0,1, assim é possível inferir uma não existência de multicolinearidade.

Tabela 22: Tolerância e Fator de Inflação da Variância (FIV)

VARIÁVEIS	TOLERÂNCIA	FIV
ARGUMENTOS	0,970	1,031
REPRESENTACAO	0,435	2,299
MERCADOCAPITAIS	0,419	2,386
PROFISSIONAIS	0,690	1,450
NORMATREGULA	0,671	1,490
INDIVIDUOS	0,692	1,444
ENTIDADESSOCIOAMBI	0,776	1,289
USUARIOS	0,815	1,228
OUTROS	0,819	1,220

Fonte: Dados da pesquisa

O modelo final é verificado o seu ajuste através dos pseudos R, R quadrado *Cox & Snell* e R quadrado de *Nagelkerke*, assim como através da Verossimilhança de log -2. O R quadrado *Cox & Snell* inicia em 0, porém chega próximo mas não atinge o valor 1. Já o R quadrado de Nagelkerke foi desenvolvido para ajustar o R quadrado de Cox & Snell para possibilitar o alcance do valor máximo de 1. (HAIR, 2009) Conforme a tabela 22 o modelo ajustado atende a proposição de explicar as relações entre as variáveis.

Tabela 23: Teste de adequação do modelo

Modelo Completo			**Modelo Ajustado**		
Verossimilhança de log -2	R quadrado *Cox & Snell*	R quadrado *Nagelkerke*	Verossimilhança de log -2	R quadrado *Cox & Snell*	R quadrado *Nagelkerke*
446,610	0,075	0,101	451,710	0,061	0,082

Fonte: Dados da pesquisa

O teste de *Hosmer e Lemeshow*, com base na estatística qui-quadrado, avalia a variável dependente e seu poder de previsão. Associando com os testes realizados através dos

pseudos R^2 e Verossimilhança de log -2 é possível determinar se o modelo possui o ajuste necessário para realizar previsões.

A tabela 23 corresponde aos resultados do teste empregado no modelo, assim, após a comparação dos eventos previstos e reais, o modelo ajustado apresenta significância maior que 5% (valor-p= 0,848), ou seja, não se rejeita a hipótese nula de o modelo estar ajustado adequadamente para o conjunto de dados.

Tabela 24: Teste de *Hosmer e Lemeshow*

Modelo Completo			**Modelo Ajustado**		
Qui-quadrado	df	Sig.	Qui-quadrado	df	Sig.
1,442	8	0,994	0,000	2	1,000

Fonte: Dados da pesquisa

A tabela 24 fornece os resultados dos modelos completo e ajustado. A estimação do modelo com todas as variáveis adicionadas fornece coeficientes positivos com possibilidade do aumento da probabilidade do evento influência ocorrer e, consequentemente, da razão de chances. Um mercado de capitais com alta capitalização é um dos fatores de aumento com 4,9% da razão de chances de aumento na possibilidade de ter opinião aceita, contudo o coeficiente da variável não foi estatisticamente significativo.

Profissionais Contábeis figurou como a variável estatisticamente significante, de acordo com o teste *Wald*, colaborando para uma maior predição da variável no modelo. O coeficiente da variável foi positivo impactando positivamente no aumento da probabilidade, tal fato é expresso na razão de chances, ao resultar em um aumento de 221,2% de chance de Profissionais Contábeis terem a opinião acatada pela Fundação IFRS e obterem êxito no lobby. Em conformidade com o nível de 75% de concordância do grupo em concordar com o conceito de materialidade simples.

Tabela 25: Regressão logística conceito de Materialidade – Questão 9

MODELO COMPLETO						
Todas as variáveis incluídas	B	Erro padrão	Wald	df	Valor de p	Exp(B) Razão de chances

ARGUMENTOS	-0,134	0,260	0,263	1	0,608	0,875
REPRESENTAÇÃO	0,218	0,152	2,043	1	0,153	1,243
MERCADOCAPITAIS	-0,285	0,267	1,137	1	0,286	0,752
PREPARADORES	0,282	0,454	0,386	1	0,535	1,326
PROFISSIONAIS	1,104	0,516	4,575	1	0,032	3,017
NORMAEREGULA	0,356	0,479	0,553	1	0,457	1,428
INDIVIDUOS	-0,575	0,489	1,384	1	0,239	0,563
ENTIDADESSOCIOAMBI	-0,469	0,525	0,799	1	0,371	0,626
USUÁRIOS	0,854	0,578	2,180	1	0,140	2,349
Constante	1,685	1,684	1,001	1	0,317	5,392
MODELO AJUSTADO						
Variáveis presentes	B	Erro padrão	Wald	df	Valor de p	Exp(B) Razão de chances
PROFISSIONAIS	0,776	0,351	4,890	1	0,027	2,172
INDIVIDUOS	-0,911	0,314	8,434	1	0,004	0,402
ENTIDADESSOCIOAMBI	-0,775	0,371	4,368	1	0,037	0,461
Constante	0,323	0,143	5,076	1	0,024	1,381

Fonte: Dados da pesquisa

Após a retirada de variáveis não condizentes com o modelo é demonstrado a regressão ajustada. Os coeficientes das variáveis Profissionais Contábeis, Indivíduos e Entidades com foco em questões socioambientais foram estatisticamente significantes e colaboraram com a capacidade de predição da variável dependente (resposta). As variáveis Indivíduos e Entidades com foco em questões socioambientais embora sejam significantes, apresentaram coeficientes negativos.

A presença de coeficientes negativos para o grupo Indivíduos e Entidades com foco em questões socioambientais influenciou no Exp (B), razão de chances, assim a razão de chances apresentou um valor menor que 1, ou seja, a opinião dos respondentes dos grupos Indivíduos e Entidades com foco em questões socioambientais não influenciou na decisão da Fundação em adotar o conceito de materialidade simples e seguir com um enfoque em investidores e outros participantes dos mercados de capitais, conforme declarado na atualização do documento de constituição da IFRS Foundation.

Os resultados convergem com a discordância à proposta de 64% dos Indivíduos e de 61% de respondentes do grupo Entidades com foco em questões socioambientais, visto que não são o público alvo da proposta. A não adoção de outros fatores ESG e a recusa da adoção do conceito de materialidade dupla influenciou na recusa à proposta.

Por outro lado, assim como no modelo completo, Profissionais Contábeis permanecem como grupo de influência na aprovação da proposta apresentada na questão. A razão de

chances e, consequentemente, o aumento da probabilidade de Profissionais Contábeis obterem êxito no lobby é de 117,2%.

A motivação para profissionais contábeis fazerem *lobbying* reside no possível impacto nas demonstrações financeiras. Jorissen *et al*. (2012) afirma que preparadores, normatizadores e contadores participam mais do processo quando existe uma provável repercussão nos números contábeis. Apesar de não haver um impacto direto nos números contábeis, a adoção da abordagem de materialidade dupla aumenta a complexidade das normas, o custo de divulgação e, atrasa a entrada da Fundação IFRS como padronizadora.

Contudo, o grupo de preparadores enviou o maior número de cartas em resposta à utilização do conceito de materialidade simples ou dupla, assim era esperada uma relação maior de significância para a variável no modelo. O *lobbying* por esse grupo também é exercido quando a norma em discussão propõe aumento de divulgação, pois há um impacto no custo final para a empresa relatora. (WATTS; ZIMMERMAN, 1978) Não sendo o caso da proposta, visto que para a maioria das empresas não existe obrigação de divulgação de relatórios de sustentabilidade. Outra motivação é a possível consequência gerada pela norma. Uma norma contábil com impacto no fluxo de caixa da organização é o foco para exercer influência sobre a mesma. (WATTS; ZIMMERMAN, 1978)

5 CONCLUSÃO

A constituição do *International Sustainability Standards Board* (ISSB) foi realizada através de consulta as partes. Em setembro de 2020, o documento de consulta, emitido pela Fundação IFRS, buscou opiniões sobre a entrada da fundação como desenvolvedora de padrões para relatórios de sustentabilidade, qual seria a sua abordagem inicial (mais ampla ou restrita) e quais grupos seriam atendidos. O resultado foi apresentado na *IFRS Foundation Constituion* onde ficou estabelecida a criação do ISSB, bem como o foco em produção de normas para investidores e outros participantes do mercado, além da utilização do conceito de materialidade simples (financeira) e da abordagem inicial em normas para o relato de informações financeiras relacionadas ao clima.

A Teoria do Interesse Público esclarece a iniciativa da Fundação, conforme Leftwich (1980) normatizadores e reguladores buscam corrigir falhas de mercado na produção de informações, além disso, questões ESG já são consideradas na tomada de decisão financeira. (BOUBAKER; CUMMING; NGUYEN, 2018)

O objetivo do estudo foi identificar a influência de grupos de interesse na constituição do novo normatizador de relatórios de sustentabilidade, o *International Sustainability Standards Board* (ISSB). A possível influência foi investigada através da identificação dos grupos de interesse, tipo de argumentos e características (país de origem).

Quanto à participação dos grupos de interesse no envio de cartas comentários, preparadores, composto por empresas e suas associações, enviaram mais cartas, enquanto houve uma menor participação do grupo de usuários, investidores, fundos (de pensão ou investimento) e analistas financeiros. Em relação à região de origem, o continente Europeu correspondeu ao maior número de envios, seguido pela América do Norte.

A participação pouco expressiva do grupo usuários, investidores, opõe-se a proposta de atender a “investidores e outros participantes do mercado de capitais”. Reuter e Messner (2015) também questionaram o foco dado por normatizadores em atender investidores quando a participação dos mesmos é baixa.

Já o tipo de argumento utilizado para convencer o normatizador a acolher a opinião foi do tipo conceitual, para todas as questões e grupos. A opinião sobre introdução da Fundação IFRS como desenvolvedora de normas pra relatórios de sustentabilidade foi preponderantemente de concordância.

Porém, respondentes do grupo indivíduos foram contra a utilização do conceito de materialidade financeira e a produção de normas para o reporte de informações financeiras

relacionadas ao clima. Entidades com foco em questões socioambientais também expuseram opiniões contrárias ao foco único em mudanças climáticas. Os dois grupos discordaram da proposta, pois o enfoque apresentado é na entidade que relata e em atender investidores e outros participantes dos mercados de capitais, ou seja, excluindo outros públicos e desconsiderando o impacto da organização na sociedade.

Os resultados indicaram a existência de uma influência significativa do grupo de profissionais contábeis na constituição do ISSB. A influência ocorreu na questão referente à adoção do conceito de materialidade simples (financeira). Assim, profissionais contábeis obtiveram maior êxito no *looby* e maiores chances de ter a opinião acolhida. Respondentes oriundos do grupo indivíduos e entidades com foco em questões socioambientais não alcançaram êxito no *lobby* e não influenciaram na decisão final. O estudo de Tutticci, Dunstan e Holmes (1994) corrobora com os achados, para os autores indivíduos possuem chances menores de êxito no *lobby*.

O resultado é condizente com o estudo de Sutton (1984) ao afirmar que profissionais contábeis fazem mais *lobby* objetivando atender aos seus interesses. Entretanto, Reuter e Messner (2015) destacam o grupo de profissionais contábeis como contrários em normas para atender investidores. A motivação para a participação de profissionais contábeis em uma proposta de tal tipo pode ser explicada por Jorissen *et al*. (2012) ao inferir que contadores tendem a participar mais quando há uma norma com possível impacto nas demonstrações financeiras, apesar de não haver um impacto direto há um impacto indireto, pois a adoção da materialidade dupla acarreta em relatórios mais custosos e complexos.

Porém, este estudo não encontrou evidências de influência significativa ao utilizar argumentos conceituais, diferentemente de Giner e Arce (2012) e Tutticci, Dunstan e Holmes (1994), devem ser consideradas a especificidade do tipo de norma analisada, pois os estudos analisam normas para relatórios financeiros.

A menor influência do grupo de preparadores (empresas) introduz questionamentos importantes, levando em consideração o envio significativo de cartas. Assim, Qual seria a razão? Um ponto principal para explicar o questionamento são os fatores que levam as empresas a divulgar informações ambientais e é explicado através da Teoria da Legitimidade. A utilização de relatórios de sustentabilidade para resgatar a credibilidade da empresa frente à sociedade (ZANCHET *et al*.,2017; CORAZZA *et al*.,2020;Ferreira *et al*., 2012) e a busca pelo selo ESG de empresa sustentável pode representar apenas um “carimbo” sem compromisso de envolvimento efetivo das organizações na temática.

A constituição do ISSB é coerente com a missão atual da Fundação, em fornecer normas para a entidade que relata e atender a necessidade do público de alvo de investidores e demais participantes do mercado de capitais. (IFRS FOUNDATION, 2021). Um desvio do caminho já traçado pelas Normas IFRS implicaria em uma restruturação da sua Constituição. Além disso, a intenção de conectar relatórios financeiros e relatórios de sustentabilidade, através do trabalho conjunto IASB e ISSB, só será possível com a existência de propósitos convergentes.

As limitações do estudo são referentes à pesquisa ser do tipo exploratória, a existência de poucos trabalhos analisando a influência de grupos de interesse em padrões para relatórios de sustentabilidade e a aplicação do modelo de regressão logística para um estudo de constituição de um órgão.

Como sugestões para trabalhos futuros recomenda-se a divisão por segmento das empresas que enviaram cartas para verificar se empresas vindas de atividades mais poluidoras enviaram mais cartas ou influenciaram mais. Cabe também a investigação do processo de construção da Estrutura Conceitual desenvolvida pelo ISSB e uma análise sob à luz da teoria já aceita para relatórios financeiros.

REFERÊNCIAS

ABREU, Mônica CS; CASTRO, Francisco C.; LAZARO, José C. Avaliação da influência dos stakeholders na proatividade ambiental de empresas brasileiras. Revista de Contabilidade e Organizações, v. 7, n. 17, p. 22-35, 2013.
ADAMS, Carol A. Sustainability reporting and value creation. Social and Environmental Accountability Journal, v. 40, n. 3, p. 191-197, 2020.
ADAMS, Carol A.; ABHAYAWANSA, Subhash. Connecting the COVID-19 pandemic, environmental, social and governance (ESG) investing and calls for 'harmonisation'of sustainability reporting. Critical Perspectives on Accounting, v. 82, p. 102309, 2022.
ADHIKARI, Ajay; BETANCOURT, Luis; ALSHAMERI, Faleh. The SEC's Proposed IFRS Roadmap: An analysis of comment letters using content analysis and textual software. Journal of International Accounting, Auditing and Taxation, v. 23, n. 2, p. 98-108, 2014.
ALSAIFI, Khaled; ELNAHASS, Marwa; SALAMA, Aly. Market responses to firms' voluntary carbon disclosure: Empirical evidence from the United Kingdom. Journal of cleaner Production, v. 262, p. 121377, 2020.
ALVES DE CAMPOS, Humberto. Falhas de mercado e falhas de governo: uma revisão da literatura sobre regulação econômica. Braz. J. Int'l L., v. 5, p. 281, 2008.
ANDERSON, Nick. IFRS Standards and climate-related disclosures. 2019.
ANDREW, Jane; BAKER, Max. Corporate social responsibility reporting: the last 40 years and a path to sharing future insights. Abacus, v. 56, n. 1, p. 35-65, 2020.
AKERLOF, George A. The market for "lemons": Quality uncertainty and the market mechanism. In: Uncertainty in economics. Academic Press, 1978. p. 235-251.
AZEVEDO, Yuri Gomes Paiva et al. Divulgação voluntária de informações ambientais: uma análise dos fatores determinantes nas empresas listadas na BM&FBovespa. Sociedade, Contabilidade e Gestão, v. 14, n. 1, p. 1-17, 2019.
BARKER, Richard; ECCLES, Robert G. Should FASB and IASB be responsible for setting standards for nonfinancial information?. Available at SSRN 3272250, 2018.
BAMBER, Matthew; MCMEEKING, Kevin. An examination of international accounting standard-setting due process and the implications for legitimacy. The British Accounting Review, v. 48, n. 1, p. 59-73, 2016.
BANSAL, Ravi; KIKU, Dana; OCHOA, Marcelo. Price of long-run temperature shifts in capital markets. National Bureau of Economic Research, n. 22529, 2016.
BARAKAT, Simone Ruchdi et al. Legitimidade: uma análise da evolução do conceito na teoria dos stakeholders. Ciencias da Administraçao, v. 18, n. 44, p. 66-80, 2016.
BOUBAKER, Sabri; CUMMING, Douglas; NGUYEN, Duc Khuong (Ed.). Research handbook of finance and sustainability. Edward Elgar Publishing, 2018.

BOUTEN, Lies; EVERAERT, Patricia; ROBERTS, Robin W. How a two-step approach discloses different determinants of voluntary social and environmental reporting. Journal of Business Finance & Accounting, v. 39, n. 5-6, p. 567-605, 2012.
BOYER, Tristan; CHANE-ALUNE, Elena. IFRS and the need for non-financial information. Intellectual property, v. 10, p. 59, 2008.
BRADFORD, Marianne et al. Corporate sustainability reporting and stakeholder concerns: is there a disconnect?. Accounting Horizons, v. 31, n. 1, p. 83-102, 2017.
BRAGA, Célia et al. A relevância da regulação para o nível de divulgação ambiental no setor de energia elétrica brasileiro. In. In: V Congresso Anpcont, Vitória. 2011.
CAMFFERMAN, Kees; ZEFF, Stephen A. The challenge of setting standards for a worldwide constituency: Research implications from the IASB's early history. European Accounting Review, v. 27, n. 2, p. 289-312, 2018.
CAMFFERMAN, Kees. International Accounting Standard Setting and Geopolitics. Accounting in Europe, v. 17, n. 3, p. 243-263, 2020.
CARIANO, António et al. Contabilidade das operações de leasing: análise de possíveis ocorrências de lobbying no processo de emissão da IFRS 16. Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade (REPeC), v. 11, n. 4, 2017.
CARNEY, Mark. Resolving the climate paradox. Bank of England, Speech, 2016. Disponível em <https://www.bankofengland.co.uk/speech/2016/resolving-the-climate-paradox>
CERIONI, Eva et al. Non-Financial Disclosure and Intra-Industry Comparability: A Macro, Meso and Micro Analysis. Sustainability, v. 13, n. 3, p. 1177, 2021.
CHEREPANOVA, Vera. A Case for International Financial Reporting Standard on Sustainability: A Critical Perspective. J. Mgmt. & Sustainability, v. 7, p. 78, 2017.
CHO, Charles H. et al. Advancing Sustainability Reporting in Canada: 2019 Report on Progress. Accounting Perspectives, v. 19, n. 3, p. 181-204, 2020.
CHRISTENSEN, Hans B.; HAIL, Luzi; LEUZ, Christian. Adoption of CSR and sustainability reporting standards: Economic analysis and review. National Bureau of Economic Research, n. 623, 2019.
COOK, Kirsten A. et al. The influence of corporate social responsibility on investment efficiency and innovation. Journal of Business Finance & Accounting, v. 46, n. 3-4, p. 494-537, 2019.
CORAZZA, Laura et al. Sustainability reporting after the Costa Concordia disaster: a multi-theory study on legitimacy, impression management and image restoration. Accounting, Auditing & Accountability Journal, v. 33, n. 8, p. 1909-1941, 2020.
CÓRDOVA ROMÁN, Carmen et al. Economic development and CSR assurance: Important drivers for carbon reporting… yet inefficient drivers for carbon management?. Technological Forecasting and Social Change, v. 163, n. C, 2021.
CORRÊA, Rosany; RIBEIRO, Henrique César Melo; DE SOUZA, Maria Tereza Saraiva. Disclosure ambiental: informações sobre GEES das empresas brasileiras que declaram no nível A+ da GRI. Revista de Administração da UNIMEP, v. 12, n. 3, p. 1-22, 2014.
DEEGAN, Craig; RANKIN, Michaela. Do Australian companies report environmental news objectively? An analysis of environmental disclosures by firms prosecuted successfully by the Environmental Protection Authority. Accounting, auditing & accountability journal, v. 9, n. 2, p. 50-67, 1996.
DE ANDRADE, Euridice SM; COSENZA, José P.; ROSA, Luiz P. Evidenciação do risco empresarial e ambiental diante das mudanças climáticas e do aquecimento global. Revista de Contabilidade e Organizações, v. 7, n. 17, p. 102-118, 2013.
DEMARIA, Samira; RIGOT, Sandra. Corporate environmental reporting: Are French firms compliant with the Task Force on Climate Financial Disclosures' recommendations?. Business Strategy and the Environment, v. 30, n. 1, p. 721-738, 2021.

DE OLIVEIRA LIMA, Sérgio Henrique et al. A influência de fatores institucionais sobre a divulgação de informações socioambientais na américa latina. Revista Universo Contábil, v. 14, n. 1, p. 89-111, 2019.
DO CARMO, Carlos Henrique Silva; RIBEIRO, Alex Mussoi; DE CARVALHO, Luiz Nelson Guedes. Influência dos grupos de interesse no processo de normatização contábil internacional: o caso do Discussion Paper sobre Leasing. Contabilidade Vista & Revista, v. 25, n. 2, p. 99-118, 2014.
ECCLES, Robert G. et al. The need for sector-specific materiality and sustainability reporting standards. Journal of Applied Corporate Finance, v. 24, n. 2, p. 65-71, 2012.
EDGLEY, Carla. A genealogy of accounting materiality. Critical Perspectives on Accounting, v. 25, n. 3, p. 255-271, 2014.
FÁVERO, Luiz Paulo; BELFIORE, Patrícia. Manual de análise de dados: estatística e modelagem multivariada com Excel®, SPSS® e Stata®. Elsevier .Brasil, 2017.
FERREIRA, Marlon Cruz et al. A evidenciação social voluntária e o acidente nuclear de Fukushima: um estudo de caso da eletronuclear. Revista Universo Contábil, v. 8, n. 4, p. 76-96, 2012.
FREEMAN, R.. Strategic Management: A Stakeholder Approach. 1 ed. Cambridge University Press: Boston1984.
FREUDENREICH, Birte; LÜDEKE-FREUND, Florian; SCHALTEGGER, Stefan. A stakeholder theory perspective on business models: Value creation for sustainability. Journal of Business Ethics, v. 166, n. 1, p. 3-18, 2020.
GARVEY, Anne Marie et al. True and fair override: Accounting expert opinions, explanations from behavioural theories, and discussions for sustainability accounting. Sustainability, v. 13, n. 4, p. 1928, 2021.
GEORGIOU, George. The IASB standard-setting process: Participation and perceptions of financial statement users. The British Accounting Review, v. 42, n. 2, p. 103-118, 2010.
GINER, Begoña; ARCE, Miguel. Lobbying on accounting standards: Evidence from IFRS 2 on share-based payments. European Accounting Review, v. 21, n. 4, p. 655-691, 2012.
GRAY, Rob; MILNE, Markus. Sustainability reporting: who's kidding whom?. Chartered Accountants Journal of New Zealand, v. 81, n. 6, p. 66-70, 2002.
GUJARATI, Damodar N.; PORTER, Dawn C. Econometria básica-5. Amgh Editora, 2011.
HAIR, Joseph F. et al. Análise multivariada de dados. Bookman editora, 2009.
HANSEN, Thomas Bowe. Lobbying of the IASB: an empirical investigation. Journal of International Accounting Research, v. 10, n. 2, p. 57-75, 2011.
HARTMAN, Laura P.; RUBIN, Robert S.; DHANDA, K. Kathy. The communication of corporate social responsibility: United States and European Union multinational corporations. Journal of Business Ethics, v. 74, n. 4, p. 373-389, 2007.
HENDRIKSEN, E. S.; VAN BREDA, M. F. Teoria da Contabilidade.1.ed. São Paulo: Atlas,1999.
HEWA, Samindi Ishara; MALA, Rajni; CHEN, Jinhua. IASB's independence in the due process: an examination of interest groups' influence on the development of IFRS 9. Accounting & Finance, v. 60, n. 3, p. 2585-2615, 2020.
HUSTON, Simon. Sustainability accounting and reporting: an ablative reflexive thematic analysis of climate crisis, conservative or radical reform paradigms. Available at SSRN, 2021.
IFRS, FOUNDATION. Consultation Paper on Sustainability Reporting, 2020. Disponível em: <https://www.ifrs.org/projects/work-plan/sustainability-reporting/#published-documents>. Acesso em: 15 março. 2020.
IFRS, FOUNDATION. IFRS Foundation Constituion, 2021. Disponível em: <https://www.ifrs.org/content/dam/ifrs/about-us/legal-and-governance/constitution-docs/ifrs-foundation-constitution-2021.pdf >. Acesso em: 02 dezembro. 2021.

JAGGI, Bikki et al. Do investors find carbon information useful? Evidence from Italian firms. Review of Quantitative Finance and Accounting, v. 50, n. 4, p. 1031-1056, 2018.
JORISSEN, Ann et al. Formal participation in the IASB's due process of standard setting: a multi-issue/multi-period analysis. European Accounting Review, v. 21, n. 4, p. 693-729, 2012.
JORISSEN, Ann et al. Constituents' participation in the IASC/IASB's due process of international accounting standard setting: A longitudinal analysis. In: Accounting and regulation. Springer, New York, NY, 2014. p. 79-110.
KHAN, Mozaffar; SERAFEIM, George; YOON, Aaron. Corporate sustainability: First evidence on materiality. The accounting review, v. 91, n. 6, p. 1697-1724, 2016.
KINDERMAN, Daniel. The challenges of upward regulatory harmonization: The case of sustainability reporting in the European Union. Regulation & Governance, v. 14, n. 4, p. 674-697, 2020.
KOPROWSKI, Sirlene et al. Influência das conexões políticas e da evidenciação socioambiental no custo de capital. Contextus: Revista Contemporânea de Economia e Gestão, v.17, n. 2, mai/ago,2019.
KRUEGER, Philipp; SAUTNER, Zacharias; STARKS, Laura T. The importance of climate risks for institutional investors. The Review of Financial Studies, v. 33, n. 3, p. 1067-1111, 2020.
LAMPERTI, Francesco et al. The public costs of climate-induced financial instability. Nature Climate Change, v. 9, n. 11, p. 829-833, 2019
LARSON, Robert K. Corporate lobbying of the international accounting standards committee. Journal of international financial management & accounting, v. 8, n. 3, p. 175-203, 1997.
LEFTWICH, Richard. Market failure fallacies and accounting information. Journal of Accounting and Economics, v. 2, n. 3, p. 193-211, 1980.
LI, Zhe; WANG, Ping; WU, Tianlong. Do foreign institutional investors drive corporate social responsibility? Evidence from listed firms in China. Journal of Business Finance & Accounting, v. 48, n. 1-2, p. 338-373, 2021
MELLADO, Lucía; PARTE, Laura. Insights from lobbying research on the accounting standard-setting process through comment letter submissions. In: Eurasian Economic Perspectives. Springer, Cham, 2021. p. 3-22.
O'DONOVAN, Gary. Environmental disclosures in the annual report. Accounting, Auditing & Accountability Journal, v.15, n.3, p. 344-371, 2002.
ORENS, Raf et al. Corporate lobbying in private accounting standard setting: does the IASB have to reckon with national differences?. Accounting in Europe, v. 8, n. 2, p. 211-234, 2011.
PATTEN, Dennis M. Intra-industry environmental disclosures in response to the Alaskan oil spill: a note on legitimacy theory. Accounting, organizations and Society, v. 17, n. 5, p. 471-475, 1992.
PEDERSEN, Lasse Heje; FITZGIBBONS, Shaun; POMORSKI, Lukasz. Responsible investing: The ESG-efficient frontier. Journal of Financial Economics, v. 142, n. 2, p. 572-597, 2021.
REUTER, Marek; MESSNER, Martin. Lobbying on the integrated reporting framework: An analysis of comment letters to the 2011 discussion paper of the IIRC. Accounting, Auditing & Accountability Journal, 2015.
SANTOS, Odilanei Morais dos; SANTOS, Ariovaldo dos. Lobbying na regulação contábil: evidências do setor petrolífero. Revista Contabilidade & Finanças, v. 25, n. 65, p. 124-144, 2014.
SAUNDERS, Mark; LEWIS, Philip; THORNHILL, Adrian. Research methods for business students.7. ed. Inglaterra: Pearson,2012.

SCHIEHLL, Eduardo; KOLAHGAR, Sam. Financial materiality in the informativeness of sustainability reporting. Business Strategy and the Environment, v. 30, n. 2, p. 840-855, 2021.
SCHOLTEN, Rebecca et al. The Impact of Climate Change in the Valuation of Production Assets via the IFRS Framework. Accounting, Economics, and Law: A Convivium, v. 10, n. 2, 2020
SHARMA, Preeti; PANDAY, Priyanka; DANGWAL, R. C. Determinants of environmental, social and corporate governance (ESG) disclosure: a study of Indian companies. International Journal of Disclosure and Governance, v. 17, n. 4, p. 208-217, 2020.
SISAYE, Seleshi. The influence of non-governmental organizations (NGOs) on the development of voluntary sustainability accounting reporting rules. Journal of Business and Socio-economic Development, 2021.
STECHEMESSER, Kristin; GUENTHER, Edeltraud. Carbon accounting: a systematic literature review. Journal of Cleaner Production, v. 36, p. 17-38, 2012.
STIGLER, George. mThe Theory of Economic Regulation, nThe Bell Journal of Economics. 1971.
SUCHMAN, Mark C. Managing legitimacy: Strategic and institutional approaches. Academy of management review, v. 20, n. 3, p. 571-610, 1995.
SUTTON, Timothy G. Lobbying of accounting standard-setting bodies in the UK and the USA: A Downsian analysis. Accounting, Organizations and Society, v. 9, n. 1, p. 81-95, 1984.
TAVARES, MFN. Fatores determinantes do sucesso de Lobbying na norma de receitas: análise das etapas mais prováveis de influência sobre os Boards. 2016.275 p. 2016. Tese de Doutorado. Tese (Doutorado em Ciências Contábeis)–UNB-UFPB-UFRN, João Pessoa, Brasil.
TILLING, Matthew V.; TILT, Carol A. The edge of legitimacy: Voluntary social and environmental reporting in Rothmans' 1956-1999 annual reports. Accounting, Auditing & Accountability Journal, v. 23, n. 1, 55-81, 2010.
TSUNOGAYA, Noriyuki; HELLMANN, Andreas. Using arguments and myths to lobby over controversial accounting issues: evidence from Japan. Pacific Accounting Review, v.32, n. 3, p. 355-390, 2020.
TUTTICCI, Irene; DUNSTAN, Keitha; HOLMES, Scott. Respondent lobbying in the Australian accounting standard-setting process: ED49–a case study. Accounting, Auditing & Accountability Journal, 1994.
VISCUSI, W. Kip; HARRINGTON JR, Joseph E.; SAPPINGTON, David EM. Economics of regulation and antitrust. MIT press, 2018.
WATTS, Ross L.; ZIMMERMAN, Jerold L. Towards a positive theory of the determination of accounting standards. Accounting review, p. 112-134, 1978.
ZANCHET, Aládio et al. Estratégias de legitimidade social nos relatórios de sustentabilidade e de administração da Samarco mineração. Revista de Contabilidade da UFBA, v. 11, n. 3, p. 51-74, 2017.
ZEFF, Stephen A. “Political” lobbying on proposed standards: A challenge to the IASB. Accounting Horizons, v. 16, n. 1, p. 43-54, 2002.

REFERÊNCIAS CARTAS COMENTÁRIOS

ANNA TILBA (2020). Comment Letter nº 24. Disponível em: < http://eifrs.ifrs.org/eifrs/comment_letters//570/570_27168_AnnaTilbaDurhamUniversity_0_ATResponsetotheSustainabilityReportingConsultation_December2020.pdf> Acesso em: 17 ago. 2021.
AFEP (2020). Comment Letter nº 122. Disponível em: <http://eifrs.ifrs.org/eifrs/comment_letters//570/570_27314_PaulineFiqumontAFEPMEDEF_0_ConsultationIFRSFresponseAfepMedefdecembre2020.pdf >. Acesso em: 17 ago. 2021.
AFG (2020). Comment Letter nº 228. Disponível em: < http://eifrs.ifrs.org/eifrs/comment_letters//570/570_27469_AlixFaureAFGASSOCIATIONFRANCAISEDELAGESTIONFINANCIERE_0_IFRSConsultation_AFG_Final.pdf> Acesso em: 17 ago. 2021.
ALEXANDER RODRIGUEZ (2020). Comment Letter nº 490. Disponível em: < http://eifrs.ifrs.org/eifrs/comment_letters//570/570_27822_AlexanderRodriguezIndividual_0_RespuestaIFRSAlexaderRodriguez.pdf> Acesso em: 17 ago. 2021.
ANEFAC (2020). Comment Letter nº 403. Disponível em: < http://eifrs.ifrs.org/eifrs/comment_letters//570/570_27699_CecliaMSGeronMackenziePresbyterianUniversityAnefac_0_ConsultationPaperFeedback.pdf> Acesso em: 17 ago. 2021.
ASB (2020). Comment Letter nº 20. Disponível em: < http://eifrs.ifrs.org/eifrs/comment_letters//570/570_27162_ERNASWARTAccountingStandardsBoardSouthAfrica_0_LettertotheIFRSFoundationDecember2020Final.pdf> Acesso em: 17 ago. 2021.
ASIA PACIFIC CRITICAL ACCOUNTING RESEARCH NETWORK (2020). Comment Letter nº 98. Disponível em: < https://www.ifrs.org/projects/completed-projects/2021/sustainability-reporting/consultation-paper-and-comment-letters/#view-the-comment-letters>. Acesso em: 17 ago. 2021.
BANCO DE ESPAÑA (2020). Comment Letter nº 216. Disponível em: < http://eifrs.ifrs.org/eifrs/comment_letters//570/570_27451_angelestradagarciaBancodeEspa_0_AnswersIFRSFoundationsConsultationPaperonSustainabilityReporting_BdE_23122020.pdf >. Acesso em: 17 ago. 2021.
BASF (2020). Comment Letter nº 216. Disponível em: < http://eifrs.ifrs.org/eifrs/comment_letters//570/570_28450_StefanSchnellBASF_0_BASF_Final_CorrectedFooter.pdf>. Acesso em: 17 ago. 2021.
CERES (2020). Comment Letter nº 256. Disponível em: < http://eifrs.ifrs.org/eifrs/comment_letters//570/570_27504_JimCoburnCeres_0_Ceres_response_IFRS_sustainability_consultation_Dec_2020.pdf>. Acesso em: 17 ago. 2021.
EUMEDION (2020). Comment Letter nº 87. Disponível em: < http://eifrs.ifrs.org/eifrs/comment_letters//570/570_27263_RientsAbmaEumedion_0_ResponseIFRSFoundationconsultationSSBdef.pdf>. Acesso em: 17 ago. 2021.
EY (2020). Comment Letter nº 195. Disponível em: < http://eifrs.ifrs.org/eifrs/comment_letters//570/570_27420_LUCIWRIGHTEY_0_IFRSFoundationCPSustainabilityReportingcommentletterDec222020.pdf>. Acesso em: 17 ago. 2021.
IPIECA (2020). Comment Letter nº 370. Disponível em: < http://eifrs.ifrs.org/eifrs/comment_letters//570/570_27654_IsabelMirandaIPIECA_0_IPIECA.pdf>. Acesso em: 17 ago. 2021.
JUAN CARLOS RUIZ-URQUIJO (2020). Comment Letter nº 484. Disponível em: < http://eifrs.ifrs.org/eifrs/comment_letters//570/570_27807_JuanCarlosRuizUrquijoIndividual_0_RuizJuan.pdf>. Acesso em: 17 ago. 2021

KAITLIN APPLEBY (2020). Comment Letter nº 11. Disponível em: < http://eifrs.ifrs.org/eifrs/comment_letters//570/570_27106_KaitlinApplebyIndividual_0_CommentLetter1.pdf>. Acesso em: 17 ago. 2021
POSITIVE IMPACT COMMERCE (2020). Comment Letter nº 476. Disponível em: < http://eifrs.ifrs.org/eifrs/comment_letters//570/570_27797_JacquiArcherPositiveImpactCommerce_0_PICIFRSCOMMENTS.pdf>. Acesso em: 17 ago. 2021
SONIA PERONE (2020). Comment Letter nº 147. Disponível em: < http://eifrs.ifrs.org/eifrs/comment_letters//570/570_27357_SoniaPeroneIndividual_0_12212020_Questionsforconsultation.pdf>. Acesso em: 17 ago. 2021
SUNWAY BERHAD (2020). Comment Letter nº 198. Disponível em: < http://eifrs.ifrs.org/eifrs/comment_letters//570/570_27423_JacquelineWongSunwayBerhad_0_201221ResponsetoIFRSonSSBbySunwayREIT.PDF>. Acesso em: 17 ago. 2021
THE BANKING ASSOCIATION SOUTH AFRICA (2020). Comment Letter nº 142. Disponível em: <http://eifrs.ifrs.org/eifrs/comment_letters//570/570_27425_PierreVenterTheBankingAssociationSouthAfrica_0_295047_1.pdf >. Acesso em: 17 ago. 2021
THE NEW ZEALAND TREASURY (2020). Comment Letter nº 172. Disponível em: < http://eifrs.ifrs.org/eifrs/comment_letters//570/570_27390_KenWarrenTheTreasury_0_NZTreasurySubmissiononIFRSFoundationSustainabilityReportingConsultationDocument.pdf>. Acesso em: 17 ago. 2021
XINWU HE (2020). Comment Letter nº 347. Disponível em: < http://eifrs.ifrs.org/eifrs/comment_letters//570/570_27623_XinwuHeIndividual_0_XinwuHeREIFRSFoundationConsultationPaperonSustainabilityReporting.pdf >. Acesso em: 17 ago. 2021
WBCSD (2020). Comment Letter nº 69. Disponível em: < http://eifrs.ifrs.org/eifrs/comment_letters//570/570_27241_JulietTaylorWorldBusinessCouncilforSustainableDevelopmentWBCSD_0_WBCSDresponse.pdf>. Acesso em: 17 ago. 2021